

fundos de pensões

o futuro é de quem o faz.



  
**Caixa Geral  
de Depósitos**

 **CGDPensões**  
Grupo Caixa Geral de Depósitos

**Relatório e Contas 2012**

**FUNDO DE PENSÕES DO  
PESSOAL DA IMPÉRIO-BONANÇA**

---

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
1.1. A Conjuntura Económica	3
1.2. Mercado Monetário	5
1.3. Mercado Acionista	6
1.4. Mercado Obrigacionista	7
1.5. Mercado Cambial	8
<b>2. ENQUADRAMENTO DOS FUNDOS DE PENSÕES</b>	<b>9</b>
<b>3. CARTEIRA DO FUNDO DE PENSÕES FIDELIDADE</b>	<b>10</b>
3.1. Comentário à gestão e indicadores de evolução e <i>performance</i>	10
3.2. Política de Investimento	14
<b>4. RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>	<b>25</b>



---

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. A Conjuntura Económica

Em 2012, a economia mundial continuou a crescer a um ritmo lento, depois de ter apresentado alguma aceleração na parte inicial do ano. A retoma perdeu, contudo, vigor a partir do 2º trimestre e até ao final do ano, à medida que os efeitos negativos da crise da Área Euro (AE) e os receios com possíveis consequências negativas relacionadas com o ajuste orçamental nos EUA, a partir de 2013, pesaram negativamente sobre a confiança e a atividade económica.

Embora no final do ano os indicadores económicos tenham denotado uma melhoria nos EUA e uma estabilização na Área Euro, as principais economias continuaram a revelar, em 2012, uma elevada fragilidade. Para além dos efeitos de contraciclo para o crescimento, decorrentes dos processos de reequilíbrio das finanças públicas num conjunto de países europeus, os desequilíbrios orçamentais a que se assiste noutras economias de primeiro plano, a começar pela própria economia norte-americana, geraram fatores adicionais de incerteza. A deterioração do mercado de trabalho num grande número de países desenvolvidos contribuiu para elevar os níveis de receio, o que num contexto de correção dos elevados níveis de endividamento das famílias, restringiu significativamente o ritmo de expansão nestes países. Apesar de, por um lado, o mercado habitacional dos EUA ter revelado uma substancial melhoria em 2012, por outro lado, subsistiram elevadas dificuldades na retoma deste mercado noutros países avançados afetados por bolhas imobiliárias.

Embora tenham voltado a registar níveis de crescimento muito assinaláveis, as economias emergentes evidenciaram também, sobretudo na segunda metade do ano, algum abrandamento, quer em resultado do enfraquecimento dos seus principais países de exportação, quer em consequência das políticas macroeconómicas de contenção, em especial na área monetária, implementadas ainda no ano anterior para prevenir o aparecimento de tensões inflacionistas. Em 2012, em muitos destes países, as políticas monetárias foram novamente objeto de ajustamento, desta feita num sentido mais expansionista no intuito de contrariar o arrefecimento económico.

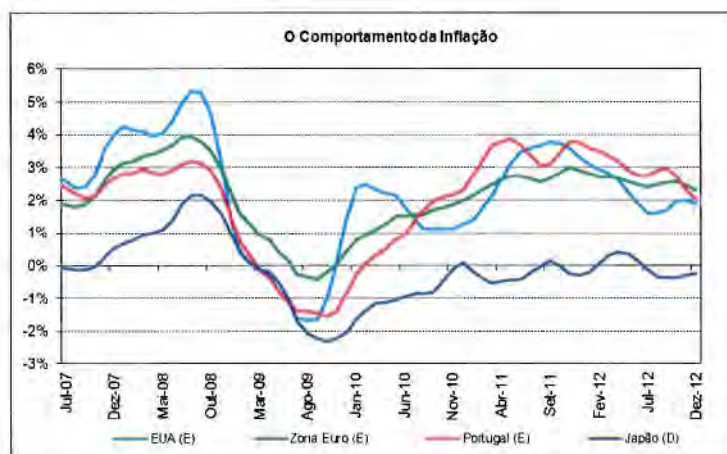
A crise da dívida pública da Área Euro intensificou-se durante 2012 após se ter assistido a um contágio da mesma à dívida italiana e espanhola, situação agravada pelas crises políticas despoletadas pelo pedido de ajuda para o setor financeiro do Governo de Espanha e pela necessidade de aprovação de um novo pacote de auxílio financeiro à Grécia, mesmo após o processo de reestruturação da dívida pública daquele país ainda durante o 1º trimestre do ano. Com a correção das finanças públicas colocadas no topo das prioridades políticas, muitos governos viram-se de novo obrigados a anunciar novas medidas de austeridade ou, em alguns casos, o reforço das existentes.

Fator determinante para a evolução económica voltou a ser a resposta das autoridades europeias, de onde se destacou o reforço dos mecanismos de auxílio existentes, quer pela



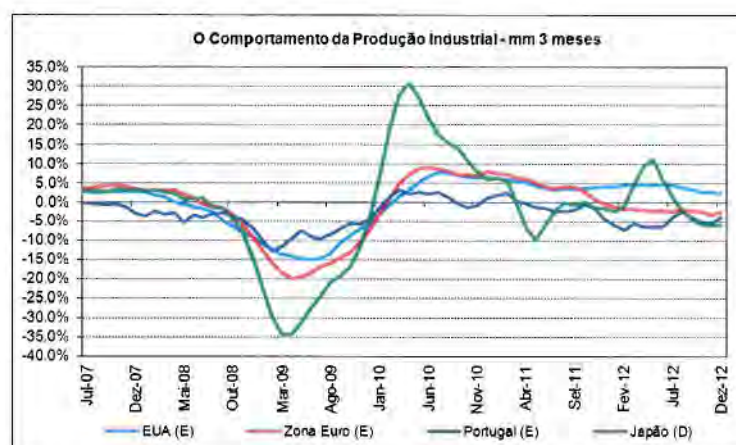
necessidade de melhorar as expetativas, quer pelo imperativo de tentar assegurar o fluxo de crédito à economia através da normalização do mercado interbancário e de capitais.

O desempenho dos bancos centrais em 2012 deixou transparecer uma crescente preocupação com as perspetivas para o crescimento. Na Área Euro, onde, em meados do ano, a principal taxa de referência foi reduzida para um mínimo histórico (0.75%), o Banco Central Europeu anunciou a implementação de novas medidas não convencionais, das quais se destaca a constituição de um novo programa de compra de dívida pública (OMT) e a realização de um segundo leilão de cedência de liquidez a 3 anos. No Japão, o Banco Central aumentou por seis vezes o seu programa de compra de ativos financeiros. Nos EUA, a Reserva Federal reforçou a compra de títulos do Tesouro, bem como a aquisição de títulos de dívida hipotecária com o intuito de comprimir ainda mais as taxas de juro. Nos países, nomeadamente emergentes, mas também nos avançados, onde ainda havia espaço para tal decisão, verificaram-se novas descidas das taxas de juro diretoras, destacando-se neste âmbito o Brasil, onde a principal taxa encerrou 2012 num mínimo de sempre.



Após um início de ano promissor, os indicadores económicos dos EUA mostraram, sensivelmente a partir da Primavera, um desempenho consistente com um ritmo de crescimento lento. Apesar das dúvidas crescentes, quer de empresários, quer de famílias, acerca dos resultados que vão produzir as negociações entre os responsáveis a fim de ser possível evitar o forte ajustamento orçamental em 2013, a atividade encerrou o ano a mostrar sinais de melhoria, quer ao nível do consumo, quer ao nível do investimento.

A atividade económica na Área Euro permaneceu deprimida durante todo o ano de 2012. Ainda no 3º trimestre a região entrou em recessão pela 2ª vez em 4 anos, função do contributo negativo da procura interna. Nos últimos meses do ano os indicadores respeitantes à confiança continuaram a apontar para a contínua contração do PIB. O mercado de trabalho teve um comportamento particularmente negativo, com a taxa de desemprego a atingir o nível mais elevado desde 1990. A inflação permaneceu acima dos 2% ao longo de 2012, fixando-se, perto do final, nos 2.2%, o nível mais baixo desde o 1º trimestre de 2009.



No Japão, apesar de um início de ano auspicioso, a persistência das pressões deflacionistas não só se mantiveram, como se acentuaram e o abrandamento da economia mundial, que levou o país a registar um forte arrefecimento a partir do 2º trimestre, após o qual a atividade voltou a contrair, conduziu o Banco Central a decretar, por diversas vezes, o aumento da dimensão do programa de aquisição de ativos financeiros e a intervir, pontualmente, no mercado cambial.

No bloco emergente, saliente-se a forte moderação registada ao nível do contributo do comércio externo devido, sobretudo, à queda das importações com origem na Europa, levando os bancos centrais, em todas estas regiões, a decretar descidas das respetivas taxas de juro diretoras. Num ano em que foram designados novos dirigentes na China, saliente-se o abrandamento desta economia que, em meados do ano, chegou a registar o crescimento mais modesto desde o início de 2009. Moderado foi, também, o crescimento da economia brasileira que permaneceu praticamente estagnada durante o 1º semestre de 2012, antes de uma melhoria muito modesta na segunda metade do ano.

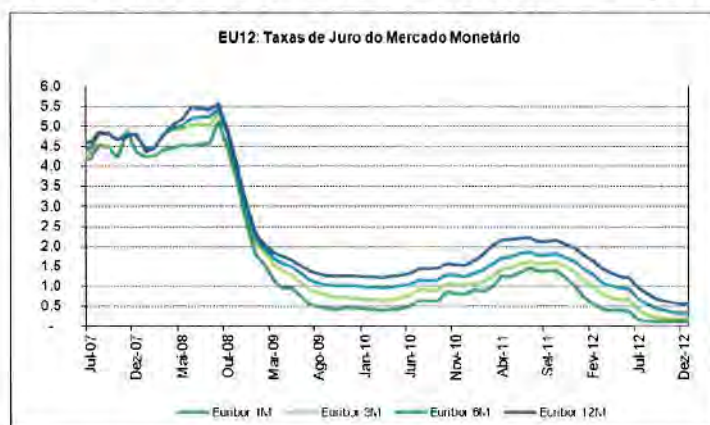
A economia portuguesa registou, de novo, uma contração em 2012. Ainda no 3º trimestre de 2012, a economia nacional averbou uma queda de -0.9%, o oitavo decréscimo consecutivo de queda do PIB, em cadeia. Os indicadores de confiança divulgados registaram uma forte deterioração ao longo de praticamente todo o ano, consequência também dos anúncios de medidas de austeridade para reduzir o défice orçamental público. No mercado de trabalho, de acordo com o INE, o último valor da taxa de desemprego, referente ainda ao terceiro trimestre, foi 15.8%, tendo a população desempregada atingido os 870.9 mil indivíduos. A inflação arrefeceu durante o ano, à semelhança do que se passou na maioria dos países europeus, atingindo os 2.2% em novembro de 2012, o valor menos elevado desde julho de 2010.

## 1.2. Mercado Monetário

As taxas de juro de curto prazo evidenciaram, no ano de 2012, um comportamento descendente, tendência constante ao longo do período em análise, consistente com a evolução



desfavorável da economia no bloco europeu. Em função deste fator, o Banco Central Europeu



(BCE) procedeu, ao ajustamento da política monetária, através da redução do nível de taxa diretora para mínimos históricos, 0.75%, e da taxa de depósitos junto desta instituição para 0%, em Julho de 2012. Por outro lado, também a existência de uma menor perceção de risco no setor financeiro europeu, influenciada

pela atuação do BCE, por via da cedência de liquidez ao sistema através de operações de refinanciamento a médio/longo prazo, contribuiu para a trajetória descendente das taxas de juro praticadas em mercado ao longo do ano.

Assim, o indexante Euribor a 3 meses encerrou o ano a 0.19%, registando uma contração de 117 p. b. face a Dezembro de 2011. Por sua vez, a taxa a 12 meses evidenciou um comportamento semelhante, ao decrescer 141 p. b., fixando-se a 0.54%.

### 1.3. Mercado Acionista

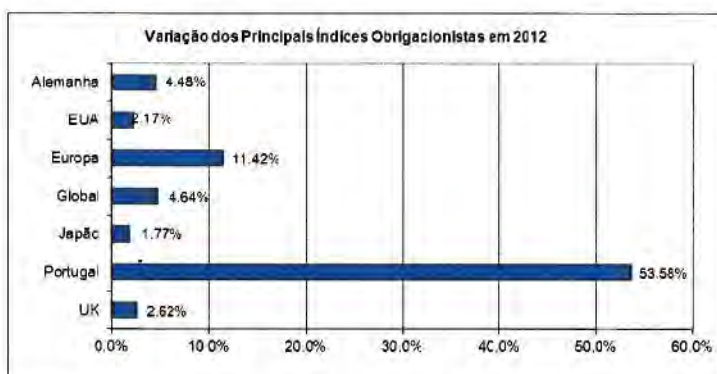
O ano de 2012 caracterizou-se por performances positivas entre os principais mercados acionistas, impulsionadas pela inversão do sentimento de mercado vigente até ao segundo semestre de 2011. Entre os fatores que contribuíram de forma determinante para a performance da classe ao longo do período em análise, destaque para a atuação do Banco Central Europeu e da Reserva Federal dos EUA, que, por intermédio da adequação contínua das condições de política monetária, convencional e não convencional, ao ciclo económico e sentimento de mercado, permitiram a consecução de maiores níveis de apetite pelo risco entre os investidores. Por outro lado, do ponto de vista macroeconómico, foi visível uma melhoria dos dados económicos reais e de confiança divulgados na economia americana ao longo da segunda metade do ano, o que constituiu um fator de suporte para a classe. Não obstante, tal ocorrência não foi verificada no bloco económico da Zona Euro, onde foi visível uma contínua fragilidade ao longo do período em análise, consistente com o cenário económico recessivo presenciado na região.



Deste modo, no cômputo anual, o índice americano *S&P 500* registou uma valorização de 13.4%, enquanto o índice agregado europeu *Eurostoxx 600* evidenciou uma valorização de 15.5% em 2012. Já os mercados de países periféricos e semiperiféricos, designadamente Grécia (*FTSE/ASE*), Portugal (*PSI-20*) e Itália (*FTSE/MIB*) registaram performances igualmente positivas, com valorizações de 16.7%, 2.9% e 7.8%, respetivamente, enquanto o índice acionista espanhol (*IBEX-30*), obteve uma desvalorização de 4.7% no ano.

#### 1.4. Mercado Obrigacionista

Ao longo do ano verificaram-se tendências consentâneas no comportamento das yields dos mercados de dívida soberana de referência (EUA e Alemanha), apresentando um comportamento decrescente, que conduziu, inclusivamente, o custo de financiamento destes emittentes para níveis mínimos históricos ao longo do período em análise. Tal comportamento



deveu-se, não apenas ao enquadramento económico recessivo na Europa e de fraco crescimento económico global, sem perspectivas de pressões inflacionistas, assim como à prevalência de focos de aversão ao risco no que se refere à crise da dívida soberana europeia,

beneficiando do estatuto de refúgio ao longo do primeiro semestre do ano. No entanto, não obstante a recuperação da perceção de risco em mercado ao longo da segunda metade do ano, impulsionada pela atuação do BCE, as taxas de juro não evidenciaram uma inversão de tendência.

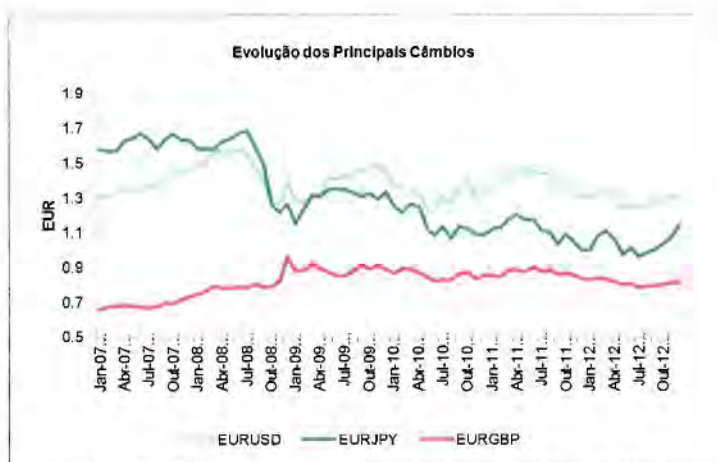
Assim, ao longo do ano de 2012, foram visíveis descidas de yields, em especial nos prazos mais longos, com as maturidades a 2 anos de EUA e Alemanha a variarem 0.7 p. b. e -16 p. b., os prazos a 10 anos obtiveram descidas de 12 p. b. e 51 p. b., respetivamente.



## 1.5. Mercado Cambial

No ano de 2012, o comportamento do mercado cambial foi marcado por alguma volatilidade, com uma tendência de depreciação da moeda única europeia ao longo do primeiro semestre do ano, para posterior contração do prémio de risco incorporado na região. A cotação da divisa encontrou-se, desta forma, estreitamente correlacionada com a evolução da perceção de risco associada à crise da dívida soberana europeia, alvo de uma forte recuperação ao longo do segundo semestre do ano, após a atuação e suporte providenciado pelo Banco Central Europeu, através da criação do mecanismo de compra de títulos de dívida soberana europeia, o OMT.

Assim, ao longo do ano de 2012, o Euro registou uma apreciação de 0.5% face ao cabaz de trocas comerciais da Zona Euro. Por outro lado, face às divisas de referência, como o Dólar Americano, Libra Inglesa e Iene, a moeda única europeia registou valorizações de 0.8%, -2.8% e 14.6%, respetivamente. No mesmo período, o Dólar registou uma desvalorização de -0.5% face ao cabaz representativo das principais trocas comerciais.





---

## 2. ENQUADRAMENTO DOS FUNDOS DE PENSÕES

A Norma 8/2009-R de 4 de Junho do ISP vem regulamentar os “Mecanismos de Governação no âmbito dos fundos de pensões no que respeita à gestão de riscos e controlo interno”.

Assim, a CGD Pensões, no âmbito da sua função de gestão concluiu, no último trimestre de 2012, o trabalho conjunto com a Direção de Gestão de Risco (DGR), conducente à assunção, por parte desta Direção da Caixa Geral de Depósitos (CGD), do controlo, avaliação e monitorização das medidas definidas pela medição dos seguintes riscos:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de concentração;
- Risco de liquidez:
  - Nos fundos de pensões fechados são tidas em linha de conta as necessidades de se assegurarem os *cash-flows* dos passivos bem como as pensões que já se encontram em pagamento;
  - Nos fundos de pensões abertos é tida em linha de conta a estrutura etária dos Participantes, o histórico de transferências entre fundos ou para outros fundos e o histórico de reembolsos.

Encontra-se em fase de elaboração o contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre Sociedade Gestora e a CGD, no que respeita a esta matéria.

O risco operacional é já tratado e monitorizado no âmbito do processo ROCI da CGD, transversal a todo o Grupo e o risco de investimento é controlado através do cálculo periódico da margem da solvência da CGD Pensões.

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) é assegurado transversalmente a todo o Grupo pela CGD encontrando-se implementado e com testes regulares levados a cabo ao longo do ano.

A auditoria interna foi subcontratada à CGD, mediante celebração de contrato específico sendo assegurada pela respetiva direção da Caixa Geral de Depósitos.

Quanto aos riscos específicos do plano de pensões, bem como o risco de mercado, nos casos dos planos de pensões de benefício definido, são calculados e monitorizados pelo respetivo atuário responsável.

---

### 3. CARTEIRA DO FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO-BONANÇA

#### 3.1. Comentário à gestão e indicadores de evolução e performance

O 1º semestre de 2012 foi condicionado pela crise da dívida soberana europeia, em particular o acentuar do risco na Espanha e Itália, e pela dificuldade de entendimento político na União Europeia.

Do outro lado do Atlântico, a incerteza política e a debilidade económica, sobretudo em termos de mercado de trabalho, também contribuíram para um sentimento negativo.

No 2º semestre o estímulo monetário generalizado, os sinais positivos na frente política europeia, nomeadamente em torno da união bancária, da flexibilização das condições impostas aos países sob ajuda e, principalmente, o marco histórico que constituiu o anúncio do programa de compra de dívida pública (*OMT – Outright Monetary Transactions*) pelo Banco Central Europeu, mudaram o sentimento de mercado, levando a um *bull market* nas ações e no crédito, com destaque para um estreitamento dos *credit spreads* dos títulos de dívida soberana de países periféricos europeus muito além das expetativas no início do ano.

De salientar que, exceto nos EUA, onde surgiram sinais de melhoria no imobiliário e indústria, esta recuperação dos mercados financeiros coexistiu com a manutenção de uma conjuntura macroeconómica ainda frágil, incluindo sinais de abrandamento nas economias emergentes.

#### Alocação por Classes de Ativos

Face à incerteza do desempenho dos mercados, a alocação à classe acionista começou por ser conservadora, passando a moderadamente agressiva no 2º semestre em linha com a evolução favorável nas frentes política europeia e macroeconómica nos EUA.

Mais clara e estável foi a visão de que a dívida dos Estados oferecia menos valor do que a dívida *corporate* não financeira, face à evidência de que a dívida *corporate* vinha de um processo de desalavancagem, conjugado com uma estratégia de diversificação geográfica. No entanto, desta visão consensual decorreu um estreitamento das *yields* da dívida *corporate* que equilibrou as duas subclasses de rendimento fixo, em termos de valor relativo.

O crescimento fraco, a ausência de inflação e a política monetária convencional e não convencional levaram as taxas de juro para mínimos históricos, havendo um consenso de que a situação se poderia prolongar.

Salienta-se ainda a convicção de que os ativos de mercado imobiliário, tipicamente uma das últimas classes de ativos a recuperar das crises, se iria manter “deprimido” por um período superior ao estimado no ano anterior.

Assim, as principais decisões de alocação foram as seguintes:



- 
- posicionamento neutral na classe acionista alternado com um *underweight*, no primeiro semestre, e com um *overweight* no segundo semestre do ano;
  - *overweight* estável, ao longo de grande parte do ano, de dívida *corporate* contra dívida pública dentro da componente de títulos de rendimento fixo, posição esta que foi neutralizada no 4º trimestre de 2012;
  - posição neutral em duração, em termos de risco de taxa de juro;
  - *underweight* a ativos de mercado imobiliário contra ativos de rendimento fixo, particularmente a ativos de mercado monetário, como bilhetes do tesouro e depósitos a prazo.

As posições ativas de alocação tiveram um impacto positivo nos resultados.

### **Seleção de Setores e Títulos em Cada Classe**

A gestão, em termos de seleção, esteve alinhada com a de alocação, apesar de o posicionamento ser mais pró-recuperação económica.

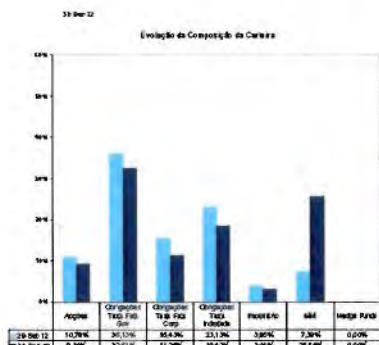
Assim:

- no segmento acionista foi mantido, ao longo de todo o ano, um *overweight* em setores e empresas mais cíclicos contra os mais defensivos, embora com um desvio moderado face ao *benchmark*;
- em dívida pública taxa fixa privilegiou-se, durante o 1º semestre, um *overweight* em governos periféricos europeus contra governos *core*, posição que foi revertida, progressivamente, ao longo do 2º semestre;
- em termos de crédito, quer taxa fixa quer variável, também se procedeu a um *overweight* em dívida de empresas, em particular do setor financeiro, de países periféricos, mas com maturidade curta, apostando na manutenção dos títulos até à sua maturidade.

Em termos agregados, as decisões de seleção foram muito positivas, com destaque para a componente acionista, bem como de dívida *corporate* (taxa fixa e taxa variável).

### **Performance Agregada**

A evolução dos ativos e a composição da carteira, decidida em termos de distribuição por segmentos de investimento traduziram-se numa rendibilidade acumulada do Fundo, no ano, de 11.45%, contra 9.49% do respetivo *benchmark*.



Overweight Underweight Relativo Benchmark 100% 0% -100%

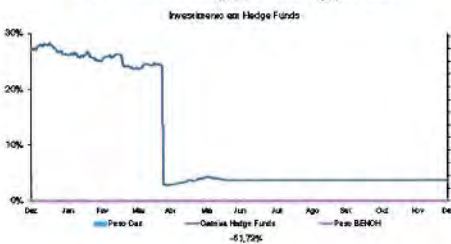
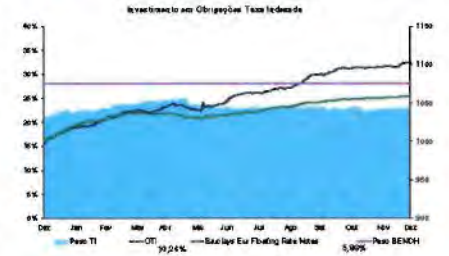
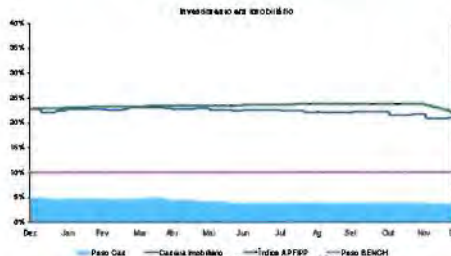
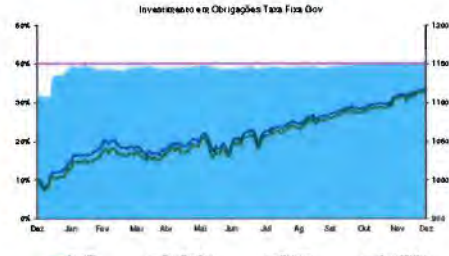
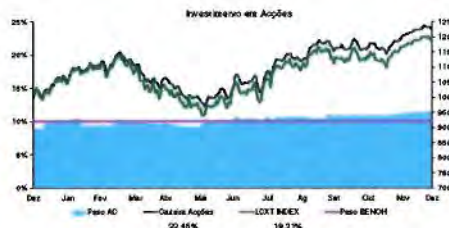
Carteira	Peso Médio T12	Peso Médio	Benchmark
Ações	11,00%	9,94%	10,00%
Obrigações Taxa Fixa Gov	39,75%	32,62%	40,00%
Obrigações Taxa Fixa Corp	19,54%	11,24%	30,00%
Obrigações Taxa Indexada	22,89%	16,42%	20,00%
Imobiliário	9,00%	3,04%	30,00%
Hedge Funds	7,10%	25,54%	2,00%
	100,00%	100,00%	100,00%



	Performance T12M		Performance YTD	
	Carteira	Benchmark	Carteira	Benchmark
Carteira Consolidada	2,64%	2,33%	11,49%	9,94%
Carteira de Ações				
Contributo Absoluto	6,23%	7,04%	22,40%	19,28%
Contributo Relativo	6,02%	6,72%	2,18%	1,93%
Carteira de Obrigações Taxa Fixa Gov				
Contributo Absoluto	2,36%	4,13%	11,66%	11,42%
Contributo Relativo	1,13%	1,28%	4,34%	4,44%
Carteira de Obrigações Taxa Fixa Corp				
Contributo Absoluto	8,52%	9,02%	16,19%	11,50%
Contributo Relativo	6,94%	6,90%	2,41%	1,28%
Carteira de Obrigações Taxa Indexada				
Contributo Absoluto	1,88%	0,72%	10,26%	9,00%
Contributo Relativo	0,52%	0,00%	2,25%	1,01%
Carteira de Imobiliário				
Contributo Absoluto	-0,92%	-1,00%	-1,95%	-0,88%
Contributo Relativo	-0,04%	-0,02%	-0,04%	-0,08%
Carteira de Hedge Funds				
Contributo Absoluto	6,05%		-11,72%	
Contributo Relativo	0,00%		-0,02%	

Valor Carteira 28.473,54€

1. ano / 1,96%



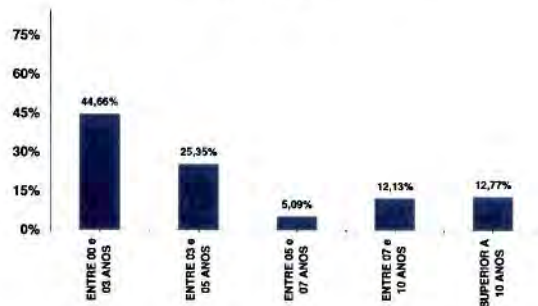


## Fundo Pensões do Pessoal da Império Bonança

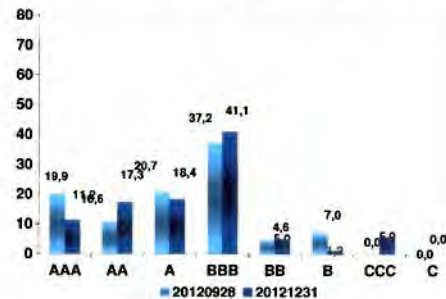
31-Dez-12



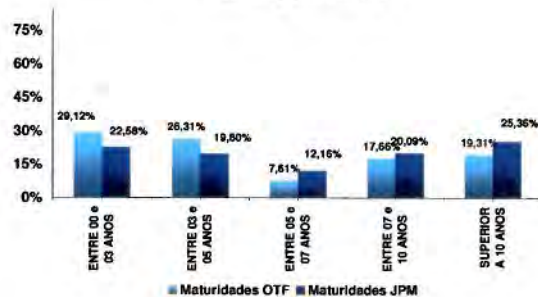
Investimento por Maturidades  
Total Obrigações



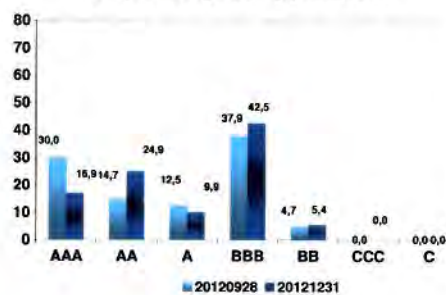
Evolução do Rating das Obrigações



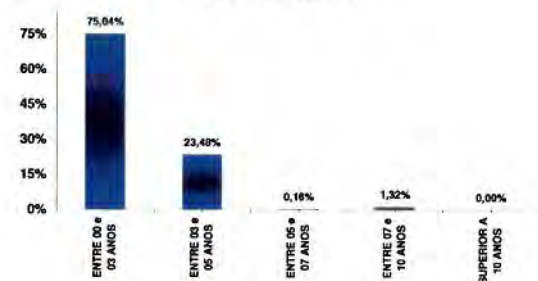
Investimento por Maturidades  
Total Obrigações Taxa Fixa



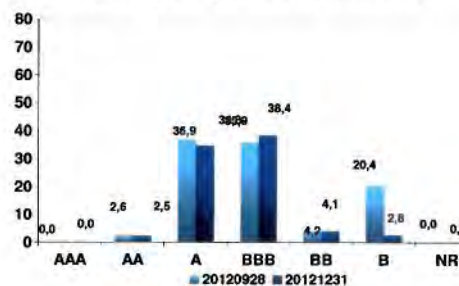
Evolução do Rating das Obrigações Taxa Fixa



Investimento por Maturidades  
Obrigações Taxa Indexada



Evolução do Rating das Obrigações Taxa Indexada



Direção Gestão de Risco

### 3.2. Política de Investimento

#### Introdução

O presente Anexo tem por objetivo estabelecer um conjunto de diretrizes e princípios orientadores, com base nos quais a Entidade Gestora deverá conduzir e controlar a gestão do Fundo de Pensões do Pessoal da Império-Bonança (adiante apenas designado por Fundo).

#### Benchmarks e Limites Máximos de Investimento

São definidos, para cada classe de ativos, os seguintes *benchmarks* e limites máximos de investimento:

Classes de Ativos	Benchmark Central (%)	Intervalos Permitidos (%)
<b>Obrigações</b>		
Taxa Fixa (a)	50	0 – 70
Taxa Indexada Euro (b)	28	0 – 100
<b>Ações (c)</b>	10	0 – 30
<b>Imobiliário</b>		
Investimento Indireto (d)	10	0 – 40
<b>Retorno Absoluto (e)</b>	0	0 – 2
<b>Liquidez (f)</b>	2	0 – 10

Em que:

- (a) Inclui títulos representativos de dívida de taxa fixa emitidos por entidades públicas ou privadas e unidades de participação de fundos de investimento mobiliário cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações de taxa fixa;
- (b) Inclui títulos representativos de dívida de taxa variável emitidos por entidades públicas ou privadas e unidades de participação de fundos de investimento mobiliário cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações de taxa variável. O papel comercial é incluído nesta classe de ativos;
- (c) Inclui ações, *warrants*, certificados, instrumentos que confirmam o direito à subscrição de ações tais como obrigações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário constituídos maioritariamente por ações;
- (d) Inclui unidades de participação em fundos de investimento imobiliário, em fundos de fundos de investimento imobiliário ou em quaisquer outros organismos de investimento



---

coletivo que invistam maioritariamente, de forma direta ou indireta, em ativos imobiliários;

- (e) Inclui aplicações, cujo objetivo é obter rendimentos positivos, estáveis e independentes das direções dos mercados financeiros. Utilizam para atingir estes objetivos diferentes estratégias de investimento (nomeadamente Fundos de *Hedge Funds*, Fundos de *Commodities*, Fundos de *Private Equity*, entre outros);
- (f) Inclui instrumentos do mercado monetário, nomeadamente vocacionados para a gestão de tesouraria, cujo prazo de vencimento residual é inferior a 12 meses. Ex: Depósitos à ordem, depósitos a prazo, certificados de depósito.

### **Restrições / Indicações**

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor a cada momento, a gestão de cada carteira do Fundo deverá ainda ter em consideração os seguintes pontos:

#### **I. Instrumentos Derivados:**

O Fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco e para prossecução de outros objetivos de adequada gestão do seu património, nos termos e limites definidos na lei e nas normas regulamentares do ISP, bem como na presente política de investimentos.

As operações que envolvam instrumentos derivados poderão estar relacionadas com os seguintes riscos:

- Risco de taxa de juro – risco de variação da cotação das obrigações que compõem a carteira do Fundo, a qual depende da evolução das taxas de juro de curto e longo prazo. Assim, o Fundo está dependente das expectativas de crescimento económico, evolução das taxas de inflação e de condução da política monetária;
- Risco de crédito – risco de investir em obrigações com risco de crédito nomeadamente, risco de descida das cotações devido à degradação da qualidade de crédito do emitente dos ativos, risco associado à possibilidade de ocorrer incumprimento por parte dos emitentes dos ativos;
- Risco cambial – risco de investir em moeda estrangeira ou em ativos denominados em moeda estrangeira. A apreciação do euro face a essas moedas traduz-se numa perda de valor desses ativos;
- Risco de mercado – risco de variação da cotação das ações que compõem a carteira do Fundo, a qual depende do crescimento económico, da evolução dos mercados financeiros e da evolução das taxas de juro;
- Risco específico – risco de variação da cotação das ações que compõem a carteira do Fundo, a qual depende da evolução do negócio das empresas e do setor onde esta

---

está inserida. Esta evolução está associada à capacidade de gestão da empresa nas suas vertentes financeira, operacional e estratégica.

O Fundo poderá, designadamente, transacionar contratos de futuros e opções sobre índices ou sobre valores mobiliários individuais, poderá realizar operações de permuta de taxas de juro e de taxas de câmbio (*swaps*), celebrar acordos de taxas de juro, câmbios a prazo (*FRA's* e *forwards*) e utilizar "*credit default swaps*".

O Fundo utilizará instrumentos financeiros derivados que se encontrem admitidos à cotação em Bolsas de valores e mercados regulamentados, entendendo-se este conceito, ao longo da presente política de investimentos, nos exatos termos em que se encontra definido na legislação em vigor.

O Fundo poderá ainda utilizar instrumentos derivados transacionados fora de mercado regulamentado, desde que as operações sejam efetuadas com uma instituição financeira que, cumulativamente, esteja legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE e cujo *rating* seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

A exposição resultante de instrumentos derivados, considerada conjuntamente com a exposição resultante dos ativos em carteira, terá que respeitar os limites de exposição estabelecidos no Ponto 2. do presente Anexo. Para efeitos da determinação da exposição, serão equiparados a derivados os ativos financeiros com produtos derivados incorporados, bem como os produtos estruturados com características idênticas.

Adicionalmente, no caso dos produtos derivados serem utilizados no âmbito de uma gestão agregada dos riscos afetos aos ativos ou responsabilidades do Fundo, o acréscimo da perda potencial máxima resultante da sua utilização não poderá exceder, a todo o momento, 20% da perda potencial máxima a que, sem a utilização desses produtos, a carteira do Fundo estaria exposta.

Pela utilização de instrumentos e produtos derivados o Fundo incorre, nomeadamente, no risco de aumento ou diminuição da exposição a um determinado ativo.

## **II. Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:**

Com o objetivo de incrementar a sua rentabilidade, o Fundo pode efetuar operações de reporte e de empréstimo, desde que estas sejam efetuadas com uma instituição financeira que, cumulativamente, esteja legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE e cujo *rating* seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

As operações de reporte e de empréstimo serão realizadas em bolsas de valores de mercados regulamentados.



---

As garantias associadas às operações de reporte e de empréstimo de valores efetuadas por conta do Fundo, devem revestir a forma de:

- (a) Numerário;
- (b) Valores mobiliários emitidos ou garantidos por Estados membros da União Europeia, admitidos à negociação num mercado regulamentado de um Estado membro da União Europeia;
- (c) Instrumentos do mercado monetário, emitidos em conjuntos homogêneos, nomeadamente bilhetes do tesouro.

As operações de reporte e empréstimo não poderão comprometer os limites de alocação definidos para cada uma das classes de ativos a que respeitam e o valor de mercado dos ativos cedidos no conjunto dessas operações não poderá exceder, em qualquer momento, 40% do valor do património do Fundo.

### **III. Investimento Obrigacionista**

As obrigações adquiridas deverão ter um *rating* mínimo de *Investment Grade* ou equivalente.

### **IV. Valores Não Admitidos em Mercados Regulamentados**

O limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em mercados regulamentados, é de 15% do valor global da carteira do Fundo.

### **V. Aplicações em Moeda Diferente do Euro**

O conjunto das aplicações expressas em moedas que não o Euro, sem cobertura cambial, não pode representar mais que 30% do valor global da carteira do Fundo.

### **VI. Organismos de Investimento Coletivo Não Harmonizados**

O Fundo de Pensões poderá investir em organismos de investimento coletivo não harmonizados dentro dos seguintes limites:

- (a) As aplicações em organismos de investimento coletivo em valores mobiliários de índices não harmonizados, que não façam uso do efeito de alavancagem, não poderão ultrapassar 30% do valor global do Fundo;
- (b) As aplicações em organismos de investimento coletivo não harmonizados que se enquadrem no âmbito da alínea e) do n.º 1 do artigo 19.º da Diretiva n.º 85/611/CEE, de 20 de Dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de Janeiro de 2002, não poderá representar mais que 30% do valor global do Fundo;
- (c) As aplicações em outros organismos de investimento coletivo não harmonizados não poderão ultrapassar 10% do Fundo.

As estratégias de investimento prosseguidas por estes organismos enquadram-se nas categorias de *Trading* Direccional, Valor Relativo (Arbitragem), *Equity Long/Short*, e

---

Crédito. Os tipos de ativos com os quais estas estratégias são implementadas incluem ações, obrigações, moedas, taxas de juro e matérias-primas, bem como ativos derivados com subjacentes destes tipos. Estes organismos podem também ter uma filosofia de gestão multi-estratégia e investir em outros organismos de investimento coletivo não harmonizados. Sendo organismos de investimento coletivo não harmonizados, não estão sujeitos aos mesmos limites prudenciais a que estão sujeitos os organismos de investimento coletivo harmonizados e, nessa medida, poderão apresentar um nível de risco mais elevado.

## **VII. Diversificação e Dispersão do Investimento**

O investimento do Fundo deverá respeitar os seguintes limites de diversificação e dispersão prudenciais:

- (a) O investimento numa mesma Sociedade não pode representar mais do que 10% do valor do património do Fundo, sendo o limite de 5% quando se tratar de investimento em Associados do Fundo ou em Sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com esses Associados;
- (b) O investimento no conjunto das Sociedades que se encontrem entre si ou com a Entidade Gestora em relação de domínio ou de grupo não pode representar mais do que 20% do valor do património do Fundo, sendo o limite de 10% quando se tratar de investimentos efetuados no conjunto dos Associados do Fundo e das Sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com esses Associados;
- (c) O investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2% do valor do património do Fundo;
- (d) No caso de organismos de investimento coletivo não harmonizados que invistam noutros organismos de investimento coletivo não harmonizados, não é aplicável o limite estabelecido na alínea anterior, mas o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos não pode representar mais do que 2% do valor do património do Fundo;
- (e) Para efeitos das anteriores alíneas (a) a (d), excluem-se depósitos em instituições de crédito que sejam efetuados com vista à gestão de liquidez do Fundo.

## **VIII. Investimentos Vedados**

Não poderão ser adquiridos nem entregues como contribuição para o Fundo títulos emitidos:

- (a) Pela Entidade Gestora;
- (b) Por Sociedades que sejam membros do órgão de administração da Entidade Gestora, ou que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, ou que possuam, direta ou indiretamente, mais do que 10% do capital social ou dos direitos de voto desta,



salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado;

- (c) Por Associados do Fundo ou Sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com esses Associados, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- (d) Por Sociedades cujo capital social ou direitos de voto pertençam, direta ou indiretamente, em mais do que 10% a um ou mais administradores da Entidade Gestora, em nome próprio ou em representação de outrem, ou aos seus cônjuges e parentes ou afins no 1.º grau, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- (e) Por Sociedades de cujos órgãos de administração ou de fiscalização façam parte um ou mais administradores da Entidade Gestora, em nome próprio ou em representação de outrem, seus cônjuges e parentes ou afins no 1.º grau, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado.

## Medidas de Referência Relativas à Rendibilidade

### I. Medidas de Referência

Deverão ser utilizados, como medidas de referência relativas à rendibilidade de cada classe de ativos da carteira do Fundo, os índices constantes na tabela abaixo:

Classes de Ativos	Sub-Classe de Ativos	Índice de Referência *	Ticker Bloomberg
Taxa Fixa	Dívida Pública	JP Morgan EMU GBI	JPMGEMLC Index
	Dívida Diversa		
Taxa Indexada Euro		Euribor 3M + 12,5bp	EUR003M Index
Ações Europeias	Portugal	PSI 20 TR	PSI20TR Index
	Europa	Eurostoxx Large Total Return	LCXT Index
Ações Internacionais	E.U.A.	S&P 500 (Euros)	SPX Index
	Japão	Topix (Euros)	TPX Index
	Ásia-Pacífico (exceto Japão)	MSCI Pacific Free ex Japan	MSDUPFXJ Index

	Mercados Emergentes	MSCI EM Free	NDUEEGF Index
<b>Imobiliário</b>		Índice APFIPP	-
<b>Retorno Absoluto</b>		Euribor 6M + 200 bp	EUR006M Index
<b>Liquidez</b>		Euribor 3M	EUR003M Index

\* Para efeitos de cálculo, todos os índices não-Euro são convertidos para Euro.

## II. Cálculo da Rendibilidade da Carteira

Como base de cálculo da rendibilidade dos ativos financeiros deverá se utilizada a *Time Weighted Rate of Return*, cujo cálculo exato requer uma avaliação completa da carteira sempre que se dá um movimento de *cashflows*. A nível geral, a fórmula utilizada para o cálculo das rendibilidades diárias será a seguinte:

$$r_t = \frac{C_t}{C_{t-1} + I_t} - 1$$

Onde,

$r_t$  é a rendibilidade diária do dia t;

$C_t$  é o valor de mercado da carteira no final do dia t;

$I_t$  é o valor dos *cashflows* líquidos ocorridos no dia t.

As rendibilidades diárias deverão ser compostas, por forma a obter as rendibilidades mensais, trimestrais e anuais:

$$\text{Rendibilidade Anual (\%)} = \left( \prod_{t=1}^{360} (1 + R_t) \right) - 1$$

## Medição e Controlo de Risco

O risco dos investimentos é avaliado através da utilização de diversas medidas estatísticas e financeiras, baseadas em observações *a posteriori* da evolução da *performance* da carteira do Fundo e dos ativos que a compõem.

Esses indicadores são regularmente calculados e a gestão da carteira global do Fundo e da carteira de cada classe de ativos que o compõem poderá ser ajustada, sempre que tal seja considerado necessário face ao valor dos mesmos.

No âmbito do processo de medição e controlo de risco são, nomeadamente, utilizados os seguintes indicadores:



- (a) Desvio-padrão anualizado das rendibilidades diárias observadas, desde o início do ano civil em curso, calculado pela seguinte fórmula:

$$\sigma_T = \sqrt{\frac{n \times \sum_{t=1}^T R_t^2 - \left( \sum_{t=1}^T R_t \right)^2}{n^2 \times (n-1)}} \times \sqrt{365}, \text{ com } T \geq t$$

Em que:

$\sigma_T$  = desvio padrão anualizado das rentabilidades diárias, reportado ao dia T;

$n$  = número de observações;

$R_t$  = rendibilidade diária do dia t;

$t$  = dia com registo de observação, pertencente ao período a que respeita o desvio padrão.

Este é um indicador de dispersão pelo que quanto maior for o valor encontrado maior o risco histórico dos investimentos. Pelo contrário, quanto mais perto de zero estiver o valor do desvio padrão, mais estáveis são as rendibilidades obtidas e, portanto, menor o risco.

- (b) *Tracking Error*, que consiste no desvio padrão anualizado das observações diárias, ao longo do último ano, da diferença entre a rendibilidade diária da carteira de investimentos e a rendibilidade diária do *benchmark* definido para essa mesma carteira., sendo dado pela seguinte fórmula:

$$TE_T = \sqrt{\frac{n \times \sum_{t=1}^T (R_t - B_t)^2 - \left( \sum_{t=1}^T (R_t - B_t) \right)^2}{n^2 \times (n-1)}} \times \sqrt{365}, \text{ com } T \geq t$$

$TE_T$  = *Tracking Error*, medido com reporte ao dia T;

$n$  = número de observações;

$R_t$  = rendibilidade diária do dia t.

$B_t$  = rentabilidade diária, do dia t, do *benchmark*;

$t$  = dia com registo de observação, pertencente ao período a que respeita o *Tracking Error*.

O *Tracking Error* pretende medir o grau de fiabilidade com que a carteira de investimentos replica o *benchmark* ou a consistência com que a *performance* da carteira supera ou fica abaixo da *performance* do *benchmark*. Assim, um valor

próximo de zero indica que existe uma elevada consistência na diferença de rendibilidades, seja essa diferença positiva, negativa ou nula. Um elevado valor do *Tracking Error* sugere uma política de gestão ativa que não procura replicar fielmente o *benchmark* originando, assim diferenças de rendibilidade, ora positivas, ora negativas;

- (c) *Information Ratio*, que consiste num quociente, sendo o numerador composto pela diferença entre as rendibilidades anuais da carteira de investimentos e do *benchmark*; e o denominador pelo *Tracking Error*, conforme decorre da fórmula abaixo:

$$I_T = \frac{R_T - B_T}{TE_T}$$

$I_T$  = *Information Ratio*, apurado com reporte ao dia T;

$R_T$  = rentabilidade anual da carteira, medida com reporte ao dia T;

$B_T$  = rentabilidade anual do *benchmark*, medida com reporte ao dia T;

$TE_T$  = *Tracking Error*, apurado com reporte ao dia T.

O *Information Ratio* indica o excesso de rendibilidade obtida em relação ao *benchmark*, por unidade de risco adicional suportada em relação a esse mesmo *benchmark*. Quanto maior o valor mais eficiente é a gestão da carteira na medida em que se pretende maximizar o excesso de rendibilidade face ao *benchmark*, minimizando o acréscimo de risco suportado;

- (d) Risco de Perdas, que consiste numa medida semelhante ao *Tracking Error*, diferindo apenas por nela se considerar as diferenças negativas existentes entre a rentabilidade da carteira e a rentabilidade do *benchmark*, sendo dado por:

$$RP_T = \sqrt{\frac{n \times \sum_{t=1}^T (d_t)^2 - \left( \sum_{t=1}^T (d_t) \right)^2}{n^2 \times (n-1)}} \times \sqrt{365}, \text{ com } T \geq t$$

$RP_T$  = risco de perda, apurado com reporte ao dia T;

$d_t = \text{Min}(0, R_t - B_t)$ ;

$n$  = número de observações;

$R_t$  = rentabilidade diária da carteira, relativa ao dia t;

$B_t$  = rentabilidade diária do *benchmark*, relativa ao dia t;

$t$  = dia com registo de observação, pertencente ao período a que respeita o risco de perdas.



---

### **Intervenção e Exercício de Direitos de Voto**

A política de intervenção e exercício de direitos de voto nas sociedades emitentes será decidida pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora, tendo sempre subjacente o melhor interesse do Fundo, ouvidas a Comissão de Investimentos e o Associado, e deverá ter a aprovação deste.

### **Definição da Política de Investimentos**

A decisão do teor da Política de Investimentos e de eventuais alterações à mesma compete ao Conselho de Administração do Associado, mediante aprovação de proposta da Entidade Gestora, tendo sempre subjacente o melhor interesse para o Fundo e a defesa dos interesses dos Participantes e Beneficiários.



**O Conselho de Administração**







---

#### **4. RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**





**FUNDO DE PENSÕES DO  
PESSOAL DA IMPÉRIO  
BONANÇA**

**Demonstrações Financeiras em 31 de  
Dezembro de 2012 acompanhadas da  
Certificação Legal das Contas**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança (adiante igualmente designado por “Fundo”), as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total do activo de 80.515.154 Euros e valor do Fundo de 80.473.349 Euros, incluindo um resultado líquido de 16.912.096 Euros, as Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade Gestora) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões (Nota 2).



## Ênfase

5. Em 31 de Dezembro de 2012, o valor de balanço de activos classificados pela Sociedade Gestora como de liquidez (essencialmente, depósitos a prazo) ascendia a 20.076.464 (24,95% do valor do Fundo), excedendo em 12.029.129 Euros o limite de 10% definido na política de investimento do Fundo. Esta situação resultou da contribuição extraordinária realizada pelo Associado no final do ano.

## Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2012.

Lisboa, 7 de Março de 2013



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2012	2011
Investimentos:			
Instrumentos de capital e unidades de participação	4	20.374.678	17.320.639
Títulos de dívida pública e de outros emissores públicos	4	19.237.956	17.533.264
Outros títulos de dívida	4	21.975.012	17.574.022
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	4	17.843.648	10.143.174
		<u>79.431.294</u>	<u>62.571.099</u>
Outros activos:			
Devedores:			
Outras entidades	6	514.332	479.868
Acréscimos e diferimentos	5	569.528	551.572
Total do Activo		<u>80.515.154</u>	<u>63.602.539</u>
PASSIVO E VALOR DO FUNDO	Notas	2012	2011
Credores:			
Outras entidades		-	10.800
Acréscimos e diferimentos	5	41.805	30.486
Total do Passivo		<u>41.805</u>	<u>41.286</u>
Valor do Fundo	3	80.473.349	63.561.253
Total do Passivo e do Valor do Fundo		<u>80.515.154</u>	<u>63.602.539</u>

Os Anexos fazem parte integrante destas Demonstrações.



FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA


DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2012	2011
Contribuições	3	15.750.000	7.280.000
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	8	(6.496.870)	(6.614.756)
Ganhos líquidos dos investimentos	7	5.690.644	(3.164.594)
Rendimentos líquidos dos investimentos	9	1.458.693	1.537.317
Outros rendimentos e ganhos	10	697.546	537.616
Outras despesas	11	(187.917)	(160.701)
Resultado líquido		<u>16.912.096</u>	<u>(585.118)</u>

Os Anexos fazem parte integrante destas Demonstrações.



FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	2012	2011
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Contribuições do Associado	15.750.000	7.280.000
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Pensões pagas	(5.592.911)	(5.687.158)
Prémios de seguro de risco de invalidez ou morte	(903.959)	-
Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo Fundo	165.683	-
Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do Fundo	461.217	464.596
Remunerações		
Remunerações de gestão	(96.215)	(90.313)
Remunerações de depósito e guarda de títulos	(13.699)	(14.041)
Outras receitas / (despesas)	269.818	(386.902)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>	<b>10.039.934</b>	<b>1.566.182</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Recebimentos		
Alienação/reembolso dos investimentos	83.658.750	107.880.215
Rendimentos dos investimentos	2.195.056	2.906.414
Pagamentos		
Aquisição de investimentos	(101.404.450)	(103.792.952)
Comissões de transacção e mediação	(8.201)	(17.542)
Outros gastos com investimentos	(784.096)	(1.330.555)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>	<b>(16.342.941)</b>	<b>5.645.580</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(6.303.007)</b>	<b>7.211.762</b>
<b>Efeitos de alterações na taxa de câmbio</b>	<b>43</b>	<b>109</b>
<b>Caixa no início do exercício</b>	<b>7.633.638</b>	<b>421.767</b>
<b>Caixa no fim do exercício</b>	<b>1.330.674</b>	<b>7.633.638</b>

Os Anexos fazem parte integrante destas Demonstrações.

A

! a ✓



1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança (adiante igualmente designado por "Fundo") foi constituído em 28 de Dezembro de 2005, tendo como Associados a Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. ("Império Bonança" ou "Associado") e a Impergesto – Assistência e Serviços, S.A.. Em 28 de Dezembro de 2006 a Impergesto – Assistência e Serviços, S.A. foi extinta e liquidada, passando a Império-Bonança – Companhia de Seguros, S.A. a ser o único Associado do Fundo. Em 2012 ocorreu a fusão da Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial, S.A. e da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., dando origem à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.. Consequentemente, esta Companhia passou a ser o único Associado do Fundo.

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade Gestora) assegura a gestão financeira, técnico-actuarial e administrativa do Fundo, sendo as funções de banco depositário exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

São Participantes do Fundo os empregados do Associado que se encontravam na situação de efectivos à data de constituição do Fundo e os trabalhadores que se encontravam na situação de efectivos da Impergesto – Assistência e Serviços, S.A. na mesma data e que foram transferidos para o Associado em 26 de Dezembro de 2006, em cujas circunstâncias pessoais e profissionais se definem os direitos consignados nos planos de pensões. São Beneficiários do Fundo as pessoas que adquiram o direito às prestações pecuniárias estabelecidas nos planos de pensões.

O Fundo tem como objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência, de acordo com o plano de pensões definido.

No âmbito do novo contrato colectivo de trabalho para a actividade seguradora assinado em 23 de Dezembro de 2011, o actual plano de pensões será substituído, no que se refere aos trabalhadores no activo, com referência a 1 de Janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor das responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante no novo fundo a constituir em 2013 (plano individual de reforma). Esta alteração não é aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2011 se encontrem reformados ou pré-reformados, ou aos activos que não aderiram ao novo CCT.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal na Norma Regulamentar nº 7/2010 - R, de 4 de Junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, com excepção das contribuições do Associado, as quais são reconhecidas como proveitos quando recebidas.



b) Carteira de títulos

Os títulos em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado e com transacções efectuadas nos últimos 15 dias, são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da *Bloomberg*;
- ii) Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, é considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transacções;
- iii) Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transacções nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Sociedade Gestora utiliza o "bid" do contribuidor "CBBT" divulgado pela *Bloomberg*. Na impossibilidade da sua obtenção, é utilizada a média dos preços de compra veiculados pela *Bloomberg* para uma *pool* de contribuidores pré-definida pela Sociedade Gestora;
- iv) Quando não existem preços de referência disponíveis como resultado da aplicação da metodologia referida na alínea anterior, a Sociedade Gestora recorre a outros contribuidores externos, privilegiando os que estejam relacionados com a emissão do produto, ou seja, aquele contribuidor que tenha sido líder da emissão no mercado primário ou tenha participado na colocação da emissão. Caso não esteja disponível nenhum contribuidor com estas características, é usado o preço fornecido pela entidade estruturadora do produto;
- v) Caso não seja possível aplicar o mencionado acima, a Sociedade Gestora recorre a modelos de avaliação, elaborados por uma entidade independente e especializada (InterMoney Valores S.V. S.A. Sucursal em Portugal). Os principais pressupostos utilizados em tais modelos de avaliação contemplam, entre outros: (i) o spread de crédito do emitente ou dos activos subjacentes ao título, tendo em consideração a probabilidade de incumprimento dos mesmos; (ii) a taxa de recuperação, em caso de incumprimento, do emitente ou da carteira de activos subjacente a tais títulos; (iii) o volume e datas estimadas de reembolsos antecipados; e (iv) no caso de produtos estruturados, a correlação entre os vários activos subjacentes aos títulos. Para efeitos de valorização das variáveis acima referidas, são utilizados, essencialmente, instrumentos financeiros semelhantes para se apurar o *spread* de crédito do emitente (nomeadamente *Credit Default Swaps*) e as taxas de recuperação e de correlação históricas para produtos similares;
- vi) Os valores mobiliários em processo de admissão a um mercado regulamentado são valorizados tendo por base os preços de mercado de valores mobiliários dessa espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, introduzindo-se um desconto que reflecta as características de fungibilidade, frequência e liquidez entre as emissões; e
- vii) As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Os depósitos bancários são avaliados ao seu valor nominal, procedendo-se ao reconhecimento diário do juro.



c) Comissão de gestão

Esta comissão corresponde à remuneração da Sociedade Gestora pela sua actividade de gestão do património do Fundo. Nos termos do Contrato de Gestão do Fundo, esta comissão é calculada da seguinte forma:

• Gestão técnica e administrativa

Comissão correspondente ao dobro da taxa a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal sobre cada contribuição efectuada para o Fundo, excluindo a contribuição inicial. A taxa a aplicar é a que se encontre em vigor à data da realização da contribuição. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, correspondia a 0,048%. Consequentemente, a taxa aplicável em 2012 e 2011 foi de 0,096%.

- Gestão financeira

Comissão anual de 0,15%, cobrada trimestral e postecipadamente sobre o valor de mercado da carteira do Fundo, com excepção das unidades de participação de fundos de investimento geridos por empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Para este efeito o valor de mercado da carteira é equiparado ao valor do Fundo no final de cada trimestre.

As comissões de gestão são registadas na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados (Nota 11).

d) Comissão de depósito

Esta comissão corresponde à remuneração da CGD pelo exercício das funções de depositário dos títulos de crédito e de outros documentos representativos dos valores que integram a carteira do Fundo. A comissão é calculada através da aplicação de uma taxa anual de 0,025% sobre o valor de mercado dos activos mobiliários da carteira do Fundo, com excepção das unidades de participação de fundos de investimento geridos por empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, sendo paga trimestral e postecipadamente.

Esta comissão é registada na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados (Nota 11).

e) Contribuições

As contribuições efectuadas pelo Associado a favor do Fundo são registadas como proveitos quando recebidas, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

f) Conversão de saldos em divisas

Os activos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio em vigor à data do balanço. As diferenças originadas pela actualização cambial são reflectidas na demonstração de resultados, nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" e "Outras despesas" no caso de ganhos cambiais ou de despesas cambiais, respectivamente (Notas 10 e 11).

g) Impostos

De acordo com o disposto nos artigos 16º e 49º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, bem como de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e de Imposto Municipal sobre Imóveis. A isenção de IRC não abrange os dividendos de acções Portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro relativamente aos rendimentos aí obtidos.

A retenção na fonte de títulos estrangeiros é registada na rubrica de "Impostos" da demonstração de resultados (Nota 11).

As taxas sobre as contribuições a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal são suportadas pela Sociedade Gestora.

h) Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros realizados em mercados organizados são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de "Ganhos líquidos dos investimentos" (Nota 7) por contrapartida de "Depósitos em instituições de crédito - Ajustes - produtos derivados" (Nota 4).

Em 31 de Dezembro de 2012, o Fundo não detinha posições em aberto em contratos de futuros.

i) Indemnizações

As indemnizações pagas pela companhia de seguros no âmbito da apólice de seguro contratada são registadas como proveitos quando recebidas na rubrica "Outros rendimentos e ganhos – Indemnizações recebidas" da demonstração de resultados, concorrendo para a formação do resultado do exercício (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2012, os montantes reclamados a título de indemnização por reforma por invalidez pendentes de recebimento ascendiam a 864.231 Euros. Na mesma data, não existiam pedidos de indemnização pendentes de recebimento por morte dos participantes.



# FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

## 3. VALOR DO FUNDO

O Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança foi constituído em 28 de Dezembro de 2005, através da entrega em numerário de 62.340.690 Euros, o qual foi reflectido na rubrica "Contribuição inicial" nessa data.

Os movimentos ocorridos no valor do Fundo durante os exercícios de 2011 e 2012, podem ser detalhados da seguinte forma:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	64.146.371
<u>Resultado líquido:</u>	
Contribuições	7.280.000
Menos-valias potenciais, líquidas de mais-valias (Nota 7)	( 2.114.172 )
Menos-valias realizadas, líquidas de mais-valias (Nota 7)	( 939.677 )
Perdas resultantes de operações com derivados (Nota 7)	( 110.745 )
Prémios de seguros (Nota 8)	( 927.598 )
Pensões (Nota 8)	( 5.687.158 )
Rendimentos líquidos dos investimentos (Nota 9)	1.537.317
Participação nos resultados de apólices de seguro (Nota 10)	485.893
Ganhos cambiais (Nota 10)	51.723
Comissões (Nota 11)	( 123.746 )
Impostos (Nota 11)	( 1.629 )
Outras despesas (Nota 11)	( 35.326 )
	( 585.118 )
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	63.561.253
<u>Resultado líquido:</u>	
Contribuições	15.750.000
Mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias (Nota 7)	4.368.444
Mais-valias realizadas, líquidas de menos-valias (Nota 7)	1.346.147
Perdas resultantes de operações de derivados (Nota 7)	( 23.947 )
Prémios de seguros (Nota 8)	( 903.959 )
Pensões (Nota 8)	( 5.592.911 )
Rendimentos líquidos dos investimentos (Nota 9)	1.458.693
Participação nos resultados de apólices de seguro (Nota 10)	497.993
Indemnizações (Nota 10)	165.683
Ganhos cambiais (Nota 10)	33.870
Comissões (Nota 11)	( 129.294 )
Impostos (Nota 11)	( 22.539 )
Perdas cambiais (Nota 11)	( 32.394 )
Outras despesas (Nota 11)	( 3.690 )
	16.912.096
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	80.473.349

O Fundo subscreveu junto do seu Associado duas apólices de seguros de vida, anualmente renováveis, cujas pessoas seguras são os Participantes do Fundo. Estas apólices têm como cobertura principal o risco de morte e como garantia complementar o risco de invalidez total e permanente por doença ou acidente.

Ambas as apólices conferem o direito a uma participação nos resultados de 70% dos respectivos saldos positivos da conta técnica anual de resultados, a qual deverá ser distribuída no início da anuidade seguinte à da sua atribuição, desde que o contrato se mantenha em vigor e tenha, no mínimo, 50 pessoas seguras.

FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

5. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira de títulos do Fundo tem a seguinte composição:

	2012				2011
	Valor inicial	Mais/ /(menos) - -valias (Nota 7)	Valor de balanço	Juros corridos	Valor de balanço
<b>Instrumentos de capital e unidades de participação</b>					
Acções					
Euros	2.595.647	379.559	2.975.206	-	3.179.537
Outras divisas	320.917	28.642	349.559	-	258.589
	<u>2.916.564</u>	<u>408.201</u>	<u>3.324.765</u>	<u>-</u>	<u>3.438.126</u>
Unidades de participação em fundos de investimento					
Mobiliários	14.558.416	1.464.789	16.023.205	-	12.177.336
Imobiliários	1.075.076	( 48.368 )	1.026.708	-	1.705.177
	<u>15.633.492</u>	<u>1.416.421</u>	<u>17.049.913</u>	<u>-</u>	<u>13.882.513</u>
	<u>18.550.056</u>	<u>1.824.622</u>	<u>20.374.678</u>	<u>-</u>	<u>17.320.639</u>
<b>Títulos de dívida pública e de outros emissores públicos</b>					
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-	477.932
Obrigações					
Obrigações de dívida pública					
Taxa variável	-	-	-	-	400.389
Taxa fixa	18.027.441	1.210.515	19.237.956	419.040	16.555.051
	<u>18.027.441</u>	<u>1.210.515</u>	<u>19.237.956</u>	<u>419.040</u>	<u>16.955.440</u>
Obrigações de outros emissores públicos					
Taxa variável	-	-	-	-	99.892
	<u>18.027.441</u>	<u>1.210.515</u>	<u>19.237.956</u>	<u>419.040</u>	<u>17.533.264</u>
<b>Outros títulos de dívida</b>					
Obrigações diversas					
Taxa variável	13.317.146	814.546	14.131.692	14.450	11.152.360
Taxa fixa	7.324.559	518.761	7.843.320	111.465	6.421.662
	<u>20.641.705</u>	<u>1.333.307</u>	<u>21.975.012</u>	<u>125.915</u>	<u>17.574.022</u>

O valor inicial dos títulos corresponde ao seu custo de aquisição, no caso de terem sido comprados ao longo do ano de 2012, ou ao seu valor em 31 de Dezembro de 2011, no que se refere aos títulos adquiridos em exercícios anteriores.

O detalhe da carteira de títulos do Fundo em 31 de Dezembro de 2012 é apresentado no Anexo I.



FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os títulos de dívida venciam juros às seguintes taxas médias anuais, calculadas com base no respectivo valor nominal:

	2012	2011
Bilhetes do Tesouro	-	4,08%
Obrigações de dívida pública	3,90%	3,84%
Obrigações de outros emissores públicos	-	2,14%
Obrigações diversas	2,04%	1,68%

Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor pode ser resumida como segue:

	2012		
	Técnicas de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Cotações de mercado	Inputs observáveis no mercado	Outras técnicas de valorização
Instrumentos de capital e unidades de participação	20.374.678	-	-
Títulos de dívida pública e de outros emissores públicos	19.237.956	-	-
Outros títulos de dívida	17.569.827	1.925.759	2.479.426
	57.182.461	1.925.759	2.479.426
			61.587.646

	2011		
	Técnicas de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Cotações de mercado	Inputs observáveis no mercado	Outras técnicas de valorização
Instrumentos de capital e unidades de participação	17.320.639	-	-
Títulos de dívida pública e de outros emissores públicos	17.533.264	-	-
Outros títulos de dívida	14.388.536	1.049.834	2.135.652
	49.242.439	1.049.834	2.135.652
			52.427.925

Na preparação dos quadros acima foram utilizados os seguintes critérios:

- Nível 1 - Cotações de mercado** – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos e transacções, incluindo o contribuidor "CBBT" da *Bloomberg*;
- Nível 2 - Técnicas de valorização – inputs observáveis no mercado** – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em "bids" indicativos fornecidos por contrapartes externas disponíveis na *Bloomberg*;
- Nível 3 - Outras técnicas de valorização** – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos de avaliação elaborados pela *InterMoney Valores S.V. S.A.* Sucursal em Portugal, ou preços fornecidos por entidades estruturadoras dos produtos.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Outros títulos de dívida – Nível 3 – Outras técnicas de valorização" inclui 3.000.000 e 650.000 obrigações subordinadas da CGD denominadas "CGD S.758 12/2017" e "CGD S.757 12/2017" nos montantes de 2.009.561 Euros e 435.405 Euros, respectivamente, as quais se encontravam valorizadas com base em modelos de avaliação elaborados pela *InterMoney Valores S.V. S.A.* Estas obrigações representavam 2,50% e 0,54% do valor do Fundo nesta data, respectivamente.



FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI apresenta o seguinte detalhe:

	2012		2011	
	Valor Nominal	Juro decorrido	Valor Nominal	Juro decorrido
Depósitos à ordem em Euros	1.328.941	67	7.631.352	1.672
Depósitos à ordem em moeda estrangeira	1.733	-	2.286	1
Total de depósitos à ordem	1.330.674	67	7.633.638	1.673
Ajustes – produtos derivados em Euros	-	-	155.038	-
Ajustes – produtos derivados em moeda estrangeira	-	-	149.498	-
Total de ajustes – produtos derivados	-	-	304.536	-
Depósitos a prazo em Euros	16.512.974	24.506	2.205.000	6.311
Depósitos em instituições de crédito	17.843.648	24.573	10.143.174	7.984

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos à ordem em Euros encontravam-se domiciliados na CGD e eram remunerados à taxa Euribor a 1 mês deduzida de 0,2%.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo encontravam-se domiciliados na CGD e venciam juros às taxas médias anuais de 0,58% e 3,26%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012, a liquidez do Fundo ascendia a 20.076.464 Euros (24,95% do valor do Fundo), 14,95% acima do limite máximo definido na política de investimento do Fundo. Esta situação resultou da contribuição extraordinária realizada pelo Associado no final do ano.

5. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2012	2011
<u>Acréscimos e diferimentos activos</u>		
Juros a receber de títulos de dívida	544.955	543.588
Juros a receber de depósitos	24.573	7.984
	569.528	551.572
	=====	=====
<u>Acréscimos e diferimentos passivos</u>		
Comissão de gestão financeira	22.812	20.278
Comissão de gestão técnica e administrativa	15.120	6.989
Comissão de depósito	3.637	3.219
Outros	236	-
	41.805	30.486
	=====	=====

FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

6. DEVEDORES – OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica "Devedores – Outras entidades" inclui 514.216 Euros e 477.440 Euros, respectivamente, correspondentes aos montantes a receber pelo Fundo relativos à participação nos resultados das apólices de seguro contratadas para os exercícios de 2012 e 2011.

7. GANHOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição por categoria de títulos:

Designação	2012						
	Mais-valias potenciais	Menos- valias potenciais	Valias potenciais liquidas	Mais-valias realizadas	Menos- valias realizadas	Valias realizadas liquidas	Ganhos liquidos
Acções	446.239	(38.038)	408.201	204.759	(126.444)	78.315	486.516
Unidades de participação em fundos de investimento	1.469.488	(53.067)	1.416.421	481.654	(13.209)	468.445	1.884.866
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	1.574	-	1.574	1.574
Obrigações de dívida pública	1.214.158	(3.643)	1.210.515	512.222	(305.005)	207.217	1.417.732
Obrigações diversas	1.333.507	(200)	1.333.307	609.718	(19.122)	590.596	1.923.903
	4.463.392	(94.948)	4.368.444	1.809.927	(463.780)	1.346.147	5.714.591
Derivados	-	-	-	144.292	(168.239)	(23.947)	(23.947)
	4.463.392	(94.948)	4.368.444	1.954.219	(632.019)	1.322.200	5.690.644

Designação	2011						
	Mais-valias potenciais	Menos- valias potenciais	Valias potenciais liquidas	Mais-valias realizadas	Menos- valias realizadas	Valias realizadas liquidas	Ganhos liquidos
Acções	95.547	(454.089)	(358.542)	132.698	(409.498)	(276.800)	(635.342)
Unidades de participação em fundos de investimento	217.909	(842.035)	(624.126)	230.815	(635.355)	(404.540)	(1.028.666)
Bilhetes do Tesouro	500	-	500	7.969	-	7.969	8.469
Obrigações de dívida pública	299.627	(308.433)	(8.806)	331.266	(775.656)	(444.390)	(453.196)
Obrigações de outros emissores públicos	-	(48)	(48)	135	-	135	87
Obrigações diversas	106.444	(1.229.594)	(1.123.150)	259.777	(81.828)	177.949	(945.201)
	720.027	(2.834.199)	(2.114.172)	962.660	(1.902.337)	(939.677)	(3.053.849)
Derivados	-	-	-	696.317	(807.062)	(110.745)	(110.745)
	720.027	(2.834.199)	(2.114.172)	1.658.977	(2.709.399)	(1.050.422)	(3.164.594)

8. PENSÕES, CAPITALS E PRÉMIOS ÚNICOS VENCIDOS

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Pensões processadas:		
· Por velhice	5.111.146	5.212.093
· Por viuvez	312.807	313.715
· Por invalidez	160.673	153.059
· Por orfandade	8.285	8.291
	5.592.911	5.687.158
Prémios de seguro	903.959	927.598
	6.496.870	6.614.756
	=====	=====



FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

9. RENDIMENTOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição por natureza de rendimento:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros de obrigações	1.241.524	1.349.247
Dividendos de acções	139.521	116.035
Juros de depósitos em instituições de crédito	58.281	20.462
Rendimentos de unidades de participação	19.367	51.573
	<u>1.458.693</u>	<u>1.537.317</u>
	=====	=====

10. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Participações nos resultados de apólices de seguro (Nota 3)	497.993	485.893
Indemnizações recebidas	165.683	-
Ganhos cambiais	33.870	51.723
	<u>697.546</u>	<u>537.616</u>
	=====	=====

O saldo da rubrica "Indemnizações recebidas" refere-se aos montantes recebidos da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. no âmbito das apólices de seguro contratadas (Nota 3). As indemnizações resultam da invalidez de um beneficiário e da morte de outro, nos montantes de 126.508 Euros e 39.175 Euros, respectivamente.

11. OUTRAS DESPESAS

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Comissão de gestão financeira	91.760	84.997
Comissão de gestão técnica e administrativa	15.120	6.989
Comissão de depósito	14.117	13.567
Comissões de mediação	8.297	18.193
	<u>129.294</u>	<u>123.746</u>
	=====	=====
Impostos	22.539	1.629
Perdas cambiais	32.394	35.299
Outras despesas	3.690	27
	<u>187.917</u>	<u>160.701</u>
	=====	=====

A comissão de mediação refere-se a despesas incorridas com as transacções de títulos, nomeadamente, taxas de bolsa e comissões de corretagem.

12. OPERAÇÕES COM DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2012, o Fundo não detinha posições em aberto em contratos de futuros.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Fundo detinha em aberto contratos de futuros de cotações com o seguinte detalhe:

<u>Tipo de Contrato</u>	<u>N.º de posições em aberto</u>	<u>Compra/ (Venda)</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor nocional</u>	<u>Exposição</u>
VGH2-EUR EUX03/2012	36	Venda	2.308,00	10 (*)	( 830.880 )
ESH2 S&P500 MAR2012	18	Compra	970,90	50 (**)	873.810
					-----
					42.930
					=====

(\*) O valor nocional corresponde a um *contract size* de 10 Euros com um *tick size* de 1.

(\*\*) O valor nocional corresponde a um *contract size* de 50 Dólares Norte Americanos com um *tick size* de 0,25.

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de balanço da conta margem decompunha-se da seguinte forma (Nota 4):

Conta margem inicial	117.386
Conta margem de variação	187.150
	-----
	304.536
	=====

Nos exercícios de 2012 e 2011, o Fundo registou perdas líquidas em operações com contratos de futuros de 23.947 Euros e 110.745 Euros, respectivamente (Nota 7).



13. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Norma 8/2009-R de 4 de Junho do ISP vem regulamentar os "Mecanismos de Governação no âmbito dos fundos de pensões no que respeita à gestão de riscos e controlo interno". Assim, a CGD Pensões, no âmbito da sua função de gestão concluiu, no último trimestre de 2012, o trabalho conjunto com a Direcção de Gestão de Risco (DGR), conducente à assunção, por parte desta Direcção da CGD, do controlo, avaliação e monitorização das medidas definidas pela medição dos seguintes riscos:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de concentração;
- Risco de liquidez:
  - Nos fundos de pensões fechados são tidas em linha de conta as necessidades de se assegurarem os *cash-flows* dos passivos bem como as pensões que já se encontram em pagamento;
  - Nos fundos de pensões abertos é tida em linha de conta a estrutura etária dos Participantes, o histórico de transferências entre fundos ou para outros fundos e o histórico de reembolsos.

Encontra-se em fase de elaboração o contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre Sociedade Gestora e a CGD, no que respeita a esta matéria.

O risco operacional é tratado e monitorizado no âmbito do processo ROCI da CGD, transversal a todo o Grupo e o risco de investimento é controlado através do cálculo periódico da margem da solvência da CGD Pensões.

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) é assegurado transversalmente a todo o Grupo pela CGD encontrando-se implementado e com testes regulares levados a cabo ao longo do ano.

A auditoria interna foi subcontratada à CGD, mediante celebração de contrato específico sendo assegurada pela respectiva Direcção da CGD.

Quanto aos riscos específicos do plano de pensões, bem como o risco de mercado, nos casos dos planos de pensões de benefício definido, são calculados e monitorizados pelo respectivo actuário responsável.

As regras de gestão de acordo com a política de investimento sujeitam a carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, sector, *rating* e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo para monitorização destes limites.

Apresenta-se de seguida um conjunto de informação quantitativa relativa aos principais riscos a que o Fundo se encontra sujeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)Risco de crédito**Exposição máxima a risco de crédito**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição do Fundo a risco de crédito de títulos de dívida apresenta a seguinte decomposição (inclui juros corridos):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Dívida pública	19.656.996	17.901.064
Dívida privada	22.100.927	17.749.810
	<u>41.757.923</u>	<u>35.650.874</u>
	=====	=====

**Qualidade de crédito dos depósitos em instituições de crédito**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo e à ordem encontravam-se integralmente domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 3), cujo *rating* a longo prazo pela *Standard & Poor's* nessas datas era de "BB -" com *outlook* negativo e "BB +" com *outlook* negativo, respectivamente.

**Qualidade de crédito de títulos de dívida**

O quadro seguinte apresenta a desagregação dos títulos de dívida em carteira em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, de acordo com a designação da *Standard & Poor's*, mas considerando a mais baixa notação de *rating* atribuída pelas três principais agências de *rating* internacionais:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
"AA -" a "AAA"	11.906.046	10.772.615
"A -" a "A +"	7.672.076	15.763.126
"BBB -" a "BBB +"	17.156.760	3.662.375
"BB -" a "BB +"	2.081.278	3.629.678
"B -" a "B +"	494.421	1.782.696
"CCC -" a "CCC +"	2.447.342	-
Sem <i>Rating</i>	-	40.384
	<u>41.757.923</u>	<u>35.650.874</u>
	=====	=====

De acordo com a política de investimento do Fundo, as obrigações adquiridas deverão ter um *rating* mínimo de *Investment Grade* ou equivalente. Não obstante, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o investimento do Fundo em obrigações com *rating* inferior a esta classificação de acordo com o critério acima definido ascendia a 5.023.041 Euros e 5.412.374 Euros, respectivamente (6,24% e 8,52% do valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente). Esta situação resultou do *downgrade* dos títulos após a data da sua aquisição.



**Grau de concentração**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o grau de concentração por sector, país e entidade em função do valor líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

2012					
Sector	%	País	%	Entidade	%
Dívida pública	23,9%	Unidades de participação	21,2%	Caixa Geral de Depósitos (*)	30,9%
Depósitos em instituições de crédito	22,2%	Portugal	28,0%	Dívida Pública Italiana	6,6%
Fundos mobiliários	19,9%	Itália	9,5%	Dívida Pública Francesa	4,7%
Bancário	18,8%	França	9,3%	Dívida Pública Espanhola	4,2%
Financeiro diversificado	2,2%	Espanha	6,3%	Credit Agricole	2,8%
Outros sectores	13,0%	Outros países	25,7%	Outras entidades	50,8%
	100,0%		100,0%		100,0%

2011					
Sector	%	País	%	Entidade	%
Dívida pública	28,0%	Portugal	40,7%	Caixa Geral de Depósitos (*)	16,0%
Bancário	21,7%	Unidades de participação	21,8%	ABN AMRO Holding NV	1,0%
Fundos mobiliários	16,9%	Itália	13,1%	Allianz AG	0,4%
Depósitos em instituições de crédito	16,0%	França	9,1%	Aegon NV	0,1%
Fundos imobiliários	4,9%	Alemanha	8,4%	Air Liquide	0,1%
Outros sectores	12,5%	Outros países	6,9%	Outras entidades	82,4%
	100,0%		100,0%		100,0%

(\*) Inclui fundos de investimento geridos pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos.

**Risco de mercado**

As carteiras dos fundos de pensões estão sujeitas ao risco de mercado que resulta de alterações nos preços dos activos e instrumentos financeiros derivados. Como forma de quantificar esse risco a CGD Pensões calcula o VaR das carteiras. Assim, na estimativa da perda potencial máxima a que o património do Fundo de Pensões está sujeito, a Sociedade Gestora tem em conta (i) a exposição de cada activo e cada instrumento financeiro derivado medida de acordo com a sua natureza, (ii) alterações da volatilidade dos mercados, considerando observações representativas de 1 ano; (iii) detenção da carteira do fundo de pensões por um período de 30 dias e (iv) um intervalo de confiança a 95%.

A Sociedade Gestora quantifica ainda o acréscimo da perda potencial máxima decorrente da utilização de instrumentos financeiros derivados com vista a monitorizar o limite imposto no nº 1 do artigo 9º da Norma Regulamentar do ISP nº 9/2007-R, de 28 de Junho, do ISP.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o VaR da carteira de títulos sem derivados ascende a 522.226 Euros (0,65% do valor do Fundo) e 570.523 Euros (0,90% do valor do Fundo), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011, o VaR da carteira de títulos com derivados ascende a 542.151 Euros (0,85% do valor do Fundo).

**Risco cambial****Decomposição de instrumentos financeiros por moeda**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os activos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2012						
	Euros	Dólares Americanos	Libras Esterlinas	Franco Suíço	Coroa Dinamarquesa	Coroa Sueca	Coroa Norueguesa
Instrumentos de capital e unidades de participação	20.025.119	-	174.386	89.129	30.464	-	55.580
Títulos de dívida pública	19.237.956	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de dívida	21.975.012	-	-	-	-	-	-
Depósitos em instituições de crédito e aplicações VM	17.841.915	53	1.179	116	199	154	32
	79.080.002	53	175.565	89.245	30.663	154	55.612

# FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Montantes expressos em Euros)

	2011							Total
	Euros	Dólares Americanos	Libras Esterlinas	Franco Suíço	Coroa Dinamarquesa	Coroa Sueca	Coroa Norueguesa	
Instrumentos de capital e unidades de participação	17.034.319	27.731	163.363	35.916	-	-	59.310	17.320.639
Títulos de dívida pública	17.533.264	-	-	-	-	-	-	17.533.264
Outros títulos de dívida	17.574.022	-	-	-	-	-	-	17.574.022
Depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	9.991.390	149.524	963	821	154	148	174	10.143.174
	62.132.995	177.255	164.326	36.737	154	148	59.484	62.571.099

### Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de mercado dos títulos de dívida em carteira classificados por tipo de cupão era como segue:

	2012	2011
Taxa variável	14.146.142	11.684.715
Taxa fixa	27.611.781	23.966.159
	41.757.923	35.650.874
	=====	=====

### Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco do Fundo ter dificuldades em cumprir os seus compromissos, nomeadamente o pagamento das pensões. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do Fundo alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

Desta forma, a gestão da carteira do Fundo tem sempre subjacente o grau de liquidez dos activos integrantes da mesma, bem como as necessidades de "cash" ao longo do ano.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os títulos de dívida em carteira (incluindo juros corridos) totalizam 41.757.923 Euros e 35.650.874 Euros, respectivamente, e têm as seguintes maturidades:

	2012	2011
Entre 0 e 3 anos	44,18%	37,47%
Entre 3 e 5 anos	25,58%	20,90%
Entre 5 e 7 anos	5,09%	14,14%
Entre 7 e 10 anos	12,13%	14,50%
Superior a 10 anos	13,03%	12,99%
	100,00%	100,00%
	=====	=====

### Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade a alterações no valor de mercado da carteira de títulos foi efectuada através da realização de testes de esforço (*stress tests*), de forma a determinar o potencial impacto no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2012 da combinação de cenários simples de preço e taxa de juro, nomeadamente:

- Os instrumentos financeiros sensíveis ao risco de taxa de juro foram sujeitos a um desvio paralelo na curva de taxas de juro de referência em 100 *basis points* (bps) (Obrigações);
- Acções, fundos de investimento mobiliário ou instrumentos financeiros equivalentes foram submetidos a um cenário de desvalorização de 30% (Acções e fundos de investimento mobiliário);
- Contratos de futuros sobre acções e índices foram submetidos ao cenário de desvalorização do subjacente de 30% (Derivados); e



FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Montantes expressos em Euros)

- Posições directas em imobiliário ou em fundos de investimento imobiliário foram submetidas ao cenário de desvalorização de 15% (Imobiliário).

De referir que estes cenários não assumem qualquer eventual efeito de correlação entre os factores de risco, cuja análise se encontra a ser efectuada pela Sociedade Gestora para efeitos da sua divulgação nas demonstrações financeiras de exercícios futuros.

Em 31 de Dezembro de 2012, o impacto potencial negativo no valor do Fundo decorrente da utilização dos pressupostos acima referidos ascende a 7.171.270 Euros, e apresenta a seguinte composição:

Obrigações	1.426.164
Acções e fundos de investimento mobiliário	5.377.809
Imobiliário	367.297
	-----
	7.171.270
	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, o impacto potencial negativo no valor do Fundo decorrente da utilização dos pressupostos acima referidos para as "Acções e fundos de investimento mobiliário", "Derivados" e para o "Imobiliário" ascendia a 4.740.460 Euros.

## FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

## INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros decorridos
<b>ACÇÕES</b>					
<b>Euros</b>					
SIEMENS	1.943	144.584	15.131	159.715	-
TOTAL SA	3.945	156.214	(2.320)	153.894	-
BASF	2.148	119.192	33.638	152.830	-
SANOFI SYNLABO	1.859	105.816	26.898	132.714	-
SAP ORD.	1.794	76.752	32.126	108.878	-
ANHEUSER-BUSCH INB	1.653	80.702	27.966	108.668	-
EADS	2.896	82.586	2.846	85.432	-
BCO SANTANDER C.HISP	13.805	79.129	5.082	84.211	-
BAYER AG	1.144	56.514	25.728	82.242	-
INDITEX	766	73.922	6.891	80.813	-
BNP	1.850	56.148	22.634	78.782	-
ALLIANZ	713	58.224	16.498	74.722	-
VOLKSWAGEN AG-PREF	409	47.968	22.441	70.409	-
AKZO NOBEL NV NLG20	1.396	52.155	17.289	69.444	-
GEN DES EAUX/VIVENDI	3.824	59.114	5.703	64.817	-
GLE ENTREP. VINCI	1.736	58.607	3.820	62.427	-
DANONE	1.233	59.887	1.646	61.533	-
ING GROEP NV	7.954	48.892	7.271	56.163	-
ILIAD SA	382	44.538	5.141	49.679	-
BCO. BILBAO VISCAYA	7.053	45.391	3.698	49.089	-
SOLVAY SA	448	44.468	4.521	48.989	-
ADIDAS- SALOMON AG	722	37.287	11.325	48.612	-
MUNCHENER RUCKVERS	345	36.964	9.956	46.920	-
DEUTSCHE BANK	1.407	41.415	4.946	46.361	-
ENI SPA	2.446	39.892	4.968	44.860	-
SUEDZUCKER AG	1.446	44.200	612	44.812	-
SOCIETE GENERALE	1.570	32.820	11.674	44.494	-
UNILEVER NV-CVA	1.504	39.630	3.738	43.368	-
TELECOM ITALIA	62.488	52.283	(9.604)	42.679	-
BANCA INTESA	31.073	40.068	327	40.395	-
HENKEL KGAA PREF	645	35.397	4.722	40.119	-
CIE GENERAL GEOPHYSI	1.772	39.684	345	40.029	-
AIR LIQUIDE	415	36.064	3.382	39.446	-
AEGON NV	7.964	24.696	13.555	38.251	-
ASML NA	770	35.737	1.223	36.960	-
FERROVIAL	3.239	34.304	1.973	36.277	-
GAZ DE FRANCE	2.236	47.462	(12.636)	34.826	-
RWE-RHEINISCH WEST	1.073	37.523	(4.002)	33.521	-
L.V.M.H.	224	24.506	6.585	31.091	-
RENAULT SA	759	25.806	5.074	30.880	-
OMV AG	1.072	26.042	3.283	29.325	-
E.ON AG(EX VEBA AG)	2.003	33.434	(5.212)	28.222	-
ARKEMA	350	18.313	9.411	27.724	-
FRESENIUS MEDICAL CA	493	26.168	(379)	25.789	-
BEIERSDORF AG	407	25.010	175	25.185	-
ENEL	7.741	19.844	4.447	24.291	-
CARREFOUR	1.155	19.583	2.760	22.343	-



## FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

## INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros decorridos
TELEFONICA DEUTSCH H	3.644	21.036	4	21.040	-
MICHELIN	291	19.621	1.212	20.833	-
DEUTSCHE BOERSE AG	433	17.924	2.085	20.009	-
IBERDROLA	4.749	17.716	2.206	19.922	-
J.MARTINS-PO	1.257	16.346	2.006	18.352	-
AXA-UAP	1.358	13.641	4.488	18.129	-
MAN AGN	218	15.271	2.333	17.604	-
SAMPO OYJ-A SHS	674	13.239	3.166	16.405	-
UNICREDITO ITALIANO	4.372	15.019	1.184	16.203	-
DISTRI.INTERNACIONAL	2.695	9.419	3.544	12.963	-
TERNA SPA	3.808	11.480	35	11.515	-
		2.595.647	379.559	2.975.206	-

**Outras divisas**

C.FIN.RICHMONT	886	43.891	8.512	52.403	-
BARRATT DEVELOPMENT	16.254	29.914	11.433	41.347	-
BARCLAYS	10.089	26.702	5.737	32.439	-
TELENOR ASA	2.090	32.067	(155)	31.912	-
NOVO NORDISK AS	248	29.597	867	30.464	-
AFREN PLC	18.142	28.282	862	29.144	-
FRESNILLO PLC	1.166	27.690	(1.301)	26.389	-
PETROLEUM GEO-SERVIC	1.824	24.714	(1.046)	23.668	-
ZURICH ALLIED AG	96	16.899	2.457	19.356	-
WEIR GROUP PLC	809	16.682	1.945	18.627	-
TULLOW OIL PLC	1.144	16.959	718	17.677	-
C.S.HOLD./GROUP-REG	942	17.686	(316)	17.370	-
DE LA RUE PLC	784	9.834	(1.071)	8.763	-
		320.917	28.642	349.559	-
		2.916.564	408.201	3.324.765	-

**UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO****Mobiliários**

PIONEER EUROLND EQ I	375.967	1.739.762	301.739	2.041.501	-
CAAM Credit 1-3 Euro	64	1.716.806	119.132	1.835.938	-
PETERCAM BdEUR InG-F	31.600	1.632.135	176.333	1.808.468	-
CXG IMOBILIARIO	434.578	1.418.897	3.042	1.421.939	-
HSBC EURO GVT BOND F	485	1.216.162	139.195	1.355.357	-
CXGEST ACTIVOS CP	118.924	1.252.054	21.645	1.273.699	-
ROBEKO EUR GOV BD I	8.625	1.131.177	58.642	1.189.819	-
BNPP L1 EQTY EURO I	4.016	897.711	189.099	1.086.810	-
FEI CX F. MONETARIO	171.661	924.047	10.563	934.610	-
BROCK EURO MKT Fd D2	47.798	693.041	207.951	900.992	-
CXG OB MAIS MENSAL	170.150	620.322	71.489	691.811	-
PICTET EUR Corp.B.-I	3.550	559.800	83.034	642.834	-
DB X-TR IBX EUROZON	2.600	445.536	48.464	494.000	-
PARVEST EUR.GOV BOND	2	310.966	34.461	345.427	-
		14.558.416	1.464.789	16.023.205	-

## FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

## INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros decorridos
<b>Imobiliários</b>					
Fnd I.Imob. MAXIRENT	35.271	413.242	4.698	417.940	-
LUSIMOVEST-Santander	5.340	327.605	(6.657)	320.948	-
IBERIA F.INV.IMOB	300.000	334.229	(46.409)	287.820	-
		1.075.076	(48.368)	1.026.708	-
		15.633.492	1.416.421	17.049.913	-

**OBRIGAÇÕES DE DÍVIDA PÚBLICA****Taxa fixa**

BGB 3.5% 06/2017	1.475.000	1.482.304	170.360	1.652.664	26.308
FRTR 3% 04/2022	1.430.000	1.540.253	24.525	1.564.778	29.384
NETHER 3.75% 01/23	1.300.000	1.475.031	88.154	1.563.185	46.752
SGLT 0 06/2013	1.512.000	1.421.783	14.437	1.436.220	63.502
BTPS 5.5% 09/2022	1.032.000	1.013.022	105.666	1.118.688	18.972
SPGB 3.15% 01/2016	983.000	960.683	12.045	972.728	28.342
SPGB 5.5% 04/2021	950.000	928.504	41.161	969.665	35.072
BTPS 3.75% 12/2013	937.000	918.963	37.246	956.209	1.545
FRTR 3.25% 25/4/2016	830.000	877.933	32.826	910.759	18.476
FRTR 4.5% 04/2041	687.000	787.714	98.207	885.921	21.175
BTPS 3% 11/2015	856.000	782.232	87.849	870.081	4.256
RAGB 3.5% 07/2015	792.000	848.889	10.114	859.003	12.835
DBR 3.75% 01/2017	704.000	804.795	229	805.024	26.111
BOTS 0% 06/2013	648.000	628.251	2.952	631.203	13.678
DBR 4% 04/01/37	444.000	569.630	31.124	600.754	17.566
BTPS 5% 03/2025	578.000	482.948	115.340	598.288	9.660
BTPS 5% 09/2040	578.000	453.990	123.866	577.856	9.660
BTPS 3.75% 08/2016	550.000	503.195	66.935	570.130	8.519
FRANCE O.A.T 4.25	363.000	400.389	23.722	424.111	2.832
DBR 1.75% 07/04/22	399.000	407.266	8.572	415.838	5.012
RAGB 4.85 03/2026	268.000	312.573	39.847	352.420	10.363
OT 3.35% 10/2015	250.000	172.138	73.512	245.650	1.767
DBR 6.25% 01/2024	103.000	148.284	5.469	153.753	6.367
OBL 4% 10/2013	100.000	106.671	(3.643)	103.028	886
		18.027.441	1.210.515	19.237.956	419.040



## FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

## INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros decorridos
<b><u>OBRIGAÇÕES DIVERSAS</u></b>					
<b><u>Taxa variável</u></b>					
CGD S.758 12/2017	3.000.000	1.722.246	287.315	2.009.561	2.057
UCGIM Float 02/2014	500.000	467.313	27.337	494.650	270
CGD S.757 12/2017	650.000	373.153	62.252	435.405	319
ACAAP Float 01/2015	400.000	399.580	16	399.596	97
GE Float 02/2016	400.000	367.316	23.812	391.128	144
UBIIM Float 07/2014	400.000	337.467	50.505	387.972	286
BESPL Float 06/2014	400.000	290.000	93.876	383.876	15
KBC Float 07/13	350.000	350.745	809	351.554	1.318
INTNED Float 11/2014	350.000	349.993	434	350.427	218
BBVASM Float 01/2013	350.000	346.189	3.647	349.836	425
Santander Flt.04/13	350.000	339.878	9.209	349.087	290
CCCI Float 08/2013	300.000	299.562	2.388	301.950	1.342
DANBNK Float 03/2014	300.000	299.406	1.596	301.002	177
BNP Float 03/2013	300.000	300.000	240	300.240	-
BPCEGP Float 12/2014	300.000	299.697	381	300.078	139
JYBC Float 05/2015	300.000	299.478	189	299.667	441
BFCM Float 02/2014	300.000	284.799	14.859	299.658	96
MS Float 11/2013	300.000	289.020	9.939	298.959	130
Citigroup Flt.03/14	250.000	235.288	13.260	248.548	60
UBS Float 05/2014	230.000	229.540	1.470	231.010	199
JPM Float 09/2013	220.000	214.722	5.436	220.158	11
SYDBDC Float 02/2014	200.000	199.608	2.945	202.553	383
NYKRE Float 01/2014	200.000	199.608	2.690	202.298	723
CMZB Float 10/2013	200.000	198.692	3.552	202.244	634
ABNANV Float 10/2013	200.000	200.262	1.508	201.770	684
NBHSS Float 06/2013	200.000	199.856	772	200.628	69
Vodafone Float 06/14	200.000	198.540	1.778	200.318	75
POHBK Float 02/2013	200.000	200.192	(28)	200.164	134
Statkraft Flt.03/13	200.000	199.596	472	200.068	17
BNP Float 12/2014	200.000	199.778	272	200.050	88
BESPL Float 02/2013	200.000	169.000	30.350	199.350	231
TELEFO Float 06/2015	200.000	187.634	11.394	199.028	313
BAC Float 02/2014	200.000	192.977	5.449	198.426	108
BAC Float 05/2016	200.000	190.210	2.636	192.846	91
DB Float 09/2016	200.000	184.500	3.750	188.250	60
HSBC Float 09/2020	200.000	178.500	7.376	185.876	-
RABOBK Float 01/2014	150.000	149.852	1.030	150.882	292
NYKRE Float 03/2013	150.000	148.541	1.536	150.077	70
GE Float 04/2014	150.000	144.422	5.371	149.793	135
Telecom Italia 07/13	150.000	140.354	9.396	149.750	255
CCCI Float 03/2013	150.000	144.881	4.768	149.649	59
ABBEY Float 06/2013	150.000	147.155	2.263	149.418	22
ENEL Float 06/2014	150.000	135.987	9.813	145.800	18
Henkel Var 04-15	100.000	99.230	8.020	107.250	530
SEB Float 10/2013	100.000	100.709	197	100.906	268
ABBEY Float 08/2013	100.000	99.852	1.024	100.876	182
SOCGEN Float 09/2013	100.000	99.955	515	100.470	81

## FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

## INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros decorridos
RBS Float 05/2013	100.000	97.138	3.231	100.369	156
RBIIV Float 03/2013	100.000	98.502	1.618	100.120	82
SBAB Float 02/2013	100.000	99.892	157	100.049	125
Goldman Sachs 02/13	100.000	96.004	4.004	100.008	77
BAC Float 09/2013	100.000	92.122	7.658	99.780	18
BCPPL Float 02/2013	100.000	74.000	25.475	99.475	100
Intned Float 04/2016	100.000	87.097	10.837	97.934	93
BAVB Float 10/14	100.000	87.024	10.548	97.572	106
UBIIM Float 12/2014	100.000	80.429	15.681	96.110	89
JP Morgan Flt.01/14	50.000	48.350	1.599	49.949	30
UAB S.11 10/2013	40.965	31.831	2.629	34.460	9
IBSANP Float 02/2018	27.000	19.474	3.290	22.764	14
		13.317.146	814.546	14.131.692	14.450
<b>Taxa fixa</b>					
NAB 1.875% 02/2023	400.000	396.440	1.128	397.568	370
NDASS 2.25% 05/2019	250.000	249.393	16.827	266.220	3.729
SHBASS 1.875% 03/17	250.000	249.510	12.418	261.928	3.660
CXGD 8% 09/2015	240.000	208.226	51.274	259.500	4.945
UBIIM 4.125% 10/2013	250.000	235.995	17.505	253.500	2.006
IBESM 4.25% 10/2018	200.000	200.120	16.154	216.274	1.886
UCGIM 4.375% 09/2015	200.000	199.324	11.424	210.748	2.649
RENEPL 6.375% 12/13	200.000	177.877	30.009	207.886	906
DANBNK 2.5% 07/2015	200.000	199.498	7.524	207.022	2.397
WESAU 2.75% 08/2022	200.000	198.196	7.014	205.210	2.275
BPCEGP 2% 04/2018	200.000	199.454	4.138	203.592	745
TITIM 4% 01/21/20	200.000	198.368	4.298	202.666	219
SANTAN 3.5% 03/2015	200.000	190.398	12.144	202.542	5.677
PORTEL 6% 04/2013	200.000	197.076	5.324	202.400	8.055
BCPPL 4.75% 10/2014	200.000	197.600	3.400	201.000	1.640
MS 3.75% 09/2017	180.000	179.437	12.205	191.642	1.868
CBA 5.5% 08/2019	150.000	153.627	22.748	176.375	3.323
INTNED 3.875% 05/16	150.000	150.521	12.880	163.401	3.519
UBS 3.125% 01/2016	150.000	149.540	10.332	159.872	4.457
BOGAEI 3.625% 12/17	150.000	149.744	7.338	157.082	402
ELEPOR 4.75% 09/2016	150.000	124.541	30.709	155.250	1.874
JPM 1.875% 11/2019	150.000	148.932	1.571	150.503	308
VLVY 2.375% 11/26/19	150.000	149.915	165	150.080	342
XTALN 1.5% 05/2019	150.000	149.625	-	149.625	259
BPIPL 3.25% 01/2015	150.000	138.000	9.577	147.577	4.675
EUREK 7.375% 06/2014	130.000	139.815	2.111	141.926	5.201
CITIG 7.375% 09/2019	100.000	112.730	18.592	131.322	2.384
CAFP 1.875% 12/2017	120.000	119.536	572	120.108	74
ANZ 5.125% 09/2019	100.000	100.087	16.085	116.172	1.573
LLOYDS 4.625% 02/17	100.000	99.703	12.995	112.698	4.208
RBS 4.75% 05/2016	100.000	95.269	15.905	111.174	2.929
GLEINT 4.125% 04/18	100.000	104.975	3.055	108.030	3.074
NWIDE 3.125% 04/17	100.000	99.622	7.960	107.582	2.329
BNP 2.875% 11/2017	100.000	99.699	7.205	106.904	268
TEVA 2.875% 04/19	100.000	99.648	6.565	106.213	2.135



## FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA IMPÉRIO BONANÇA

## INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros decorridos
NAB 2.75% 08/2022	100.000	99.423	4.880	104.303	1.092
SOCGEN 2.375% 02/18	100.000	99.788	3.900	103.688	807
WFC 2.625% 08/2022	100.000	99.290	4.132	103.422	985
ISPIM 4.375% 10/2019	100.000	99.481	3.299	102.780	923
FGACAP 5.25% 02/14	100.000	99.768	2.607	102.375	4.404
BESPL 5.625% 06/2014	100.000	79.000	22.325	101.325	3.221
BRCORO 4.797 09/2013	100.000	85.000	16.125	101.125	1.262
SEB 1.875% 11/2019	100.000	99.320	1.506	100.826	241
BBVASM 4% 05/2013	100.000	99.441	1.233	100.674	2.542
SABLN 1.875% 01/2020	100.000	99.392	750	100.142	128
SANTAN 3.25% 10/2014	100.000	97.400	1.999	99.399	632
ESF 6.875% 10/2019	100.000	56.618	36.651	93.269	1.337
Citigroup 4.75% 5/17	100.000	81.667	10.958	92.625	-
BFCM 6.5% 07/2013	90.000	92.198	110	92.308	2.645
ENBW 7.375% 04/72	70.000	72.450	5.697	78.147	3.861
GE 2.875% 06/2019	50.000	49.857	3.606	53.463	772
GE 2.875% 10/2014	50.000	52.025	(168)	51.857	252
		<u>7.324.559</u>	<u>518.761</u>	<u>7.843.320</u>	<u>111.465</u>
		<u>20.641.705</u>	<u>1.333.307</u>	<u>21.975.012</u>	<u>125.915</u>
		<u>57.219.202</u>	<u>4.368.444</u>	<u>61.587.646</u>	<u>544.955</u>